

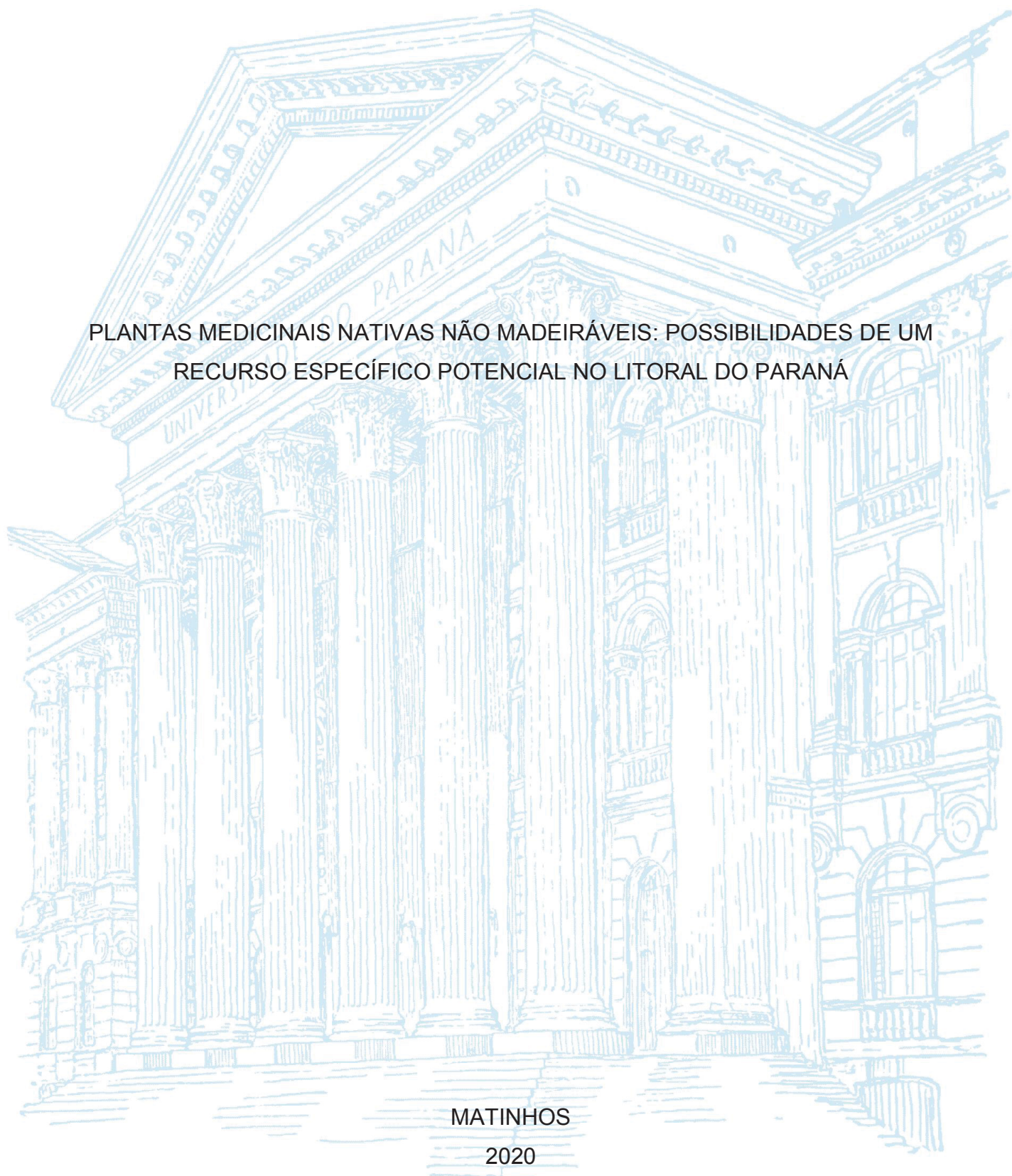
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANNA PAULA DE ARAUJO BORNANCIN

PLANTAS MEDICINAIS NATIVAS NÃO MADEIRÁVEIS: POSSIBILIDADES DE UM
RECURSO ESPECÍFICO POTENCIAL NO LITORAL DO PARANÁ

MATINHOS

2020



ANNA PAULA DE ARAUJO BORNANCIN

O USO DAS PLANTAS MEDICINAIS NATIVAS NÃO MADEIRÁVEIS:
POSSIBILIDADES DE UM RECURSO ESPECÍFICO POTENCIAL NO LITORAL DO
PARANÁ

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral.

Orientador: Prof. Dr. Valdir Frigo Denardin

Co-orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Mayra Taiza Sulzbach

MATINHOS

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

- B736 Bornancin, Anna Paulo de Araújo
 Plantas medicinais nativas não madeiráveis: possibilidades de um recurso específico potencial no litoral do Paraná / Anna Paula de Araújo Bornancin ; orientador Valdir Frigo Denardin. – 2020.
 105 f.
- Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, Matinhos/PR, 2020.
1. Plantas medicinais. 2. Extrativismo. 3. Litoral do Paraná. I. Dissertação (Mestrado) – Programa do Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável. II. Título.
- CDD – 633.88



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR LITORAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL - 40001016081P3

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de ANNA PAULA DE ARAUJO BORNANCIN intitulada: **PLANTAS MEDICINAIS NATIVAS NÃO MADEIRÁVEIS: POSSIBILIDADES DE UM RECURSO ESPECÍFICO POTENCIAL NO LITORAL DO PARANÁ**, sob orientação do Prof. Dr. VALDIR FRIGO DENARDIN, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 30 de Abril de 2020.

Assinatura Eletrônica
06/05/2020 14:25:31.0
VALDIR FRIGO DENARDIN
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
06/05/2020 18:54:37.0
ALAN RIPOLL ALVES
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
06/05/2020 14:57:55.0
VALTER ROBERTO SCHAFFRATH
Avaliador Externo (INSTITUTO FEDERAL DE EDUC., CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
06/05/2020 17:16:17.0
SANDRO VALDECIR DERETTI LEMES
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ)

“Não sou escravo de ninguém
Ninguém é senhor do meu domínio
Sei o que devo defender
E por valor eu tenho
E temo o que agora se desfaz
Viajamos sete léguas
Por entre abismos e florestas
Por Deus nunca me vi tão só
É a própria fé o que destrói
Estes são dias desleais
Sou metal, raio, relâmpago e
trovão
Sou metal, eu sou o ouro em seu
brasão
Sou metal, me sabe o sopro do dragão
Reconheço o meu pesar
Quando tudo é traição
O que venho encontrar
É a virtude em outras mãos
Mas minha terra é a terra que é minha
E sempre será minha terra
Tem a lua, tem estrelas e sempre terá
Quase acreditei na sua
promessa
E o que vejo é fome e destruição
Perdi a minha sela e a minha espada
Perdi o meu castelo e minha princesa
Quase acreditei, quase acreditei
E, por honra, se existir verdade
Existem os tolos e existe o ladrão
E há quem se alimente do que é roubo
Vou guardar o meu tesouro
Caso você esteja mentindo
Tenho os sentidos já dormentes
O corpo quer, a alma entende
Esta é a terra de ninguém
E sei que devo resistir
Eu tenho a espada em minhas mãos
Sou metal, raio, relâmpago e
trovão
Sou metal, eu sou o ouro em seu
brasão
Sou metal: me sabe o sopro do dragão
Não me entrego sem lutar
Tenho ainda coração

Não aprendi a me render
Que caia o inimigo então
Tudo passa, tudo passará
E nossa história não estará pelo
avesso
Assim, sem final feliz
Teremos coisas bonitas para
contar
E até lá, vamos viver
Temos muito ainda por fazer
Não olhe para trás
Apenas começamos
O mundo começa agora
Apenas começamos”.

(Metal contra as nuvens, Legião Urbana).

Dedico esse trabalho à minha avó e a todos aqueles que acreditam ou tiveram que acreditar no poder das plantas medicinais

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela vida, benção e proteção.

Ao meu irmão, pelas conversas e apoio.

À minha Mãe, pelas orações.

À minha Avó, pelas orações e conversas ao telefone.

Agradeço a Adilson Anacleto por todo apoio e amizade.

Aos amigos que fiz durante o Mestrado, em especial, Iolanda e Pâmela.

Aos Professores do Mestrado, em especial Alan Ripoll, Luís Everson da Silva e Mayra Taíza Sulzbach.

Ao Professor Orientador Valdir Frigo Denardin, pelos ensinamentos, paciência e direcionamentos.

Aos Professores Sandro Deretti e Valter Schaffrath, pela participação na banca de defesa.

Aos Comerciantes das Casas de Produtos Naturais pelas informações que utilizei na pesquisa de campo.

A todos os pesquisadores que dedicaram seus estudos às populações rurais e plantas medicinais, que utilizei no trabalho.

À Secretaria do Programa, por todo o auxílio.

RESUMO

A presente dissertação apresentou os resultados de uma pesquisa sobre o potencial de ativação das plantas medicinais nativas como um recurso específico territorial no Litoral do Paraná. Para a identificação de tais potencialidades, o principal objetivo consistiu-se em analisar a comercialização das plantas medicinais nativas e sob quais aspectos as atividades que envolveram o uso desses recursos poderiam contribuir para o desenvolvimento territorial sustentável. Foram utilizados dois procedimentos metodológicos: a revisão sistemática de trabalhos relacionados ao uso das plantas medicinais nativas na plataforma CAPES e Scielo, posteriormente, uma pesquisa de campo exploratória, junto às casas de produtos naturais do Litoral do Paraná. Para analisar o potencial de participação da comunidade rural na extração e comercialização de plantas medicinais nativas utilizou-se a Teoria dos Recursos Específicos. O estudo revelou a ocorrência de uma significativa procura por produtos locais e que as práticas de comercialização não estão sujeitas prioritariamente ao preço, mas também à qualidade, à efetividade e ao benefício aportado à saúde. Considerou-se finalmente que para a efetiva ativação dos recursos específicos é necessário incorporar nas práticas de comércio dos coletores locais, um conjunto de regulamentações que garantam a segurança à saúde de quem for consumir os PFNM de categoria medicinal para assim ampliar as possibilidades de trabalho e renda das comunidades rurais.

Palavras-chave: Comunidades rurais. Desenvolvimento territorial. Recursos territoriais. Caiçaras. Extrativismo.

ABSTRACT

This dissertation presented the results of a research about the activation potential of native medicinal plants as a specific territorial resource in the Paraná Coast. In order to identify such potentialities, the main objective was to analyze the commercialization of native medicinal plants and under what aspects the activities that involved the use of these resources could contribute to sustainable territorial development. Two methodological procedures were used: the systematic review of works related to the use of native medicinal plants on the CAPES and Scielo platform, afterwards, an exploratory field research, next to the natural products houses of the Coast of Paraná. To analyze the potential of participation of the rural community in the extraction and commercialization of native medicinal plants, the Theory of Specific Resources was used. The study revealed the occurrence of a significant demand for local products and that marketing practices are not primarily subject to price, but also to quality, effectiveness and the benefit provided to health. Finally, it was considered that for the effective activation of specific resources, it is necessary to incorporate in the commercial practices of local collectors, a set of regulations that guarantee the safety to the health of those who are going to consume the NTFPs of medicinal category in order to expand the possibilities of work and income of rural communities.

Keywords: Rural communities. Territorial development. Territorial resources. Caiçaras. Extractivism..

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1– MAPA DO LITORAL DO PARANÁ	25
FIGURA 2 – DINÂMICA DE INTERAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS DE UM RECURSO ESPECÍFICO POTENCIAL	42
FIGURA 3- OS USOS DO JABORANDI PELAS VERTENTES ECONÔMICAS E CULTURAIS:.....	43
FIGURA 4 – EXEMPLOS DE INTERAÇÃO COM OS RECURSOS NATURAIS.....	45
FIGURA 5 – REPRESENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE BUSCA UTILIZADA NA REVISÃO SISTEMÁTICA	59
FIGURA 6– CRITÉRIOS DE ANÁLISE DOS RECURSOS POTENCIAIS.....	61
FIGURA 7– PLANTAS MEDICINAIS NATIVAS DO LITORAL DO PARANÁ	63
FIGURA 8 – MILOME PRONTO PARA A COMERCIALIZAÇÃO.....	82
FIGURA 9– CATAIA PRONTA PARA A COMERCIALIZAÇÃO	82
FIGURA 10. ALTERNATIVAS DE ACESSO A NORMATIZAÇÃO DAS PLANTAS MEDICINAIS NATIVAS AO COMÉRCIO LOCAL	85

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1– PARTES MAIS UTILIZADAS DAS PLANTAS SEGUNDO OS ESTUDOS REALIZADOS NO LITORAL DO PARANÁ.....	62
GRÁFICO 2 – A PROCURA DOS COMPRADORES DE ACORDO COM A OPINIÃO DOS VAREJISTAS DO LITORAL DO PARANÁ	77
GRÁFICO 3– CRITÉRIOS DE ESCOLHA DOS FORNECEDORES.....	79
GRÁFICO 4- CIDADES DOS FORNECEDORES DE PLANTAS MEDICINAIS	80
GRÁFICO 5 – CIDADES DE ORIGEM DOS COLETORES	81
GRÁFICO 6– MOTIVOS QUE LEVARIAM OS COMERCIANTES A COMPRAR PLANTAS MEDICINAIS NATIVAS DOS COLETORES LOCAIS	84

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. NÍVEIS DE ESPECIFICIDADES LOCAIS.....	41
QUADRO 2– CATEGORIAS DE PESQUISA.....	49
QUADRO 3– ETAPAS DE ANÁLISE ANTES DA PESQUISA DE CAMPO	52
QUADRO 4 – FORMAS DE USO DAS PLANTAS MEDICINAIS NATIVAS	66
QUADRO 5- FINALIDADE ATRIBUÍDA AO ESTUDO DE PROPRIEDADES MEDICINAIS DAS PLANTAS.....	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	– Área de Proteção Ambiental
FAO	– Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
IAP	– Instituto Ambiental do Paraná
IPARDES	– Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
DTS	– Desenvolvimento Territorial Sustentável
CAR	– Cadastro Ambiental Rural
MAPA	– Ministério da Agricultura
Pnapo	– Política Nacional de Agroecologia
PFNM	– Produtos Florestais Não Madeiráveis
PNF	– Programa Nacional de Floresta
OCS	– Organização do Controle Social

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	13
1.1 INTRODUÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA.....	16
2 O LITORAL DO PARANÁ E AS ATIVIDADES QUE ENVOLVEM OS USOS DOS RECURSOS DA FLORESTA ATLÂNTICA	22
2.1 OS PRODUTOS FLORESTAIS NÃO MADEIRÁVEIS	26
3 RECURSOS POTENCIAIS E OS CAMINHOS PARA A ESPECIFICAÇÃO	35
3.1 ATIVAÇÃO DE UM RECURSO ESPECÍFICO ORIUNDO DA NATUREZA	40
4 POSSIBILIDADES DE UM RECURSO POTENCIAL? CONSTRUINDO A.....	46
METODOLOGIA DE PESQUISA.....	46
4.1 A REVISÃO SISTEMÁTICA	46
4.2 PESQUISA DE CAMPO	47
4.2.1 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS E PESQUISA DE CAMPO.....	47
5 POTENCIALIDADES DA ATIVAÇÃO DAS PLANTAS MEDICINAIS NATIVAS NO LITORAL DO PARANÁ: CONCEITOS, USOS E COMERCIALIZAÇÃO	53
5.1 PLANTAS MEDICINAIS NATIVAS DO LITORAL DO PARANÁ: UM RECURSO PROMISSOR?	56
5.2 RECURSO GENÉRICO OU ESPECÍFICO? UMA REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE O USO DAS PLANTAS MEDICINAIS PELAS COMUNIDADES RURAIS DO LITORAL DO PARANÁ	58
5.2.1 Comercialização de plantas medicinais nativas oriundas do extrativismo	71
5.2.2 Síntese Conclusiva da seção	74
6 POTENCIAIS DE ATIVAÇÃO DAS PLANTAS MEDICINAIS NATIVAS NO COMÉRCIO LOCAL COMO RECURSO ESPECÍFICO.....	76
6.1 PROCEDÊNCIA DAS PLANTAS MEDICINAIS: NECESSIDADE DE UM CONHECIMENTO MAIS ESPECIFICADO.....	78
6.2 OS COLETORES LOCAIS: BARREIRAS E OPORTUNIDADES DE INSERÇÃO NOS COMÉRCIOS DO LITORAL DO PARANÁ	81
6.2 SÍNTESE CONCLUSIVA DA SEÇÃO.....	83
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
8 REFERÊNCIAS	91

APÊNDICE 1 – ENTREVISTA COM COMERCIANTE DAS CASAS DE PRODUTOS NATURAIS.....	101
--	------------

1 APRESENTAÇÃO

A construção deste estudo trouxe à tona algumas lembranças da minha infância, por volta de 1997, no município de Campo Mourão-PR. Por meio da oralidade do saber, minha avó me fez acreditar que as plantas tinham um grande poder, servindo para espantar os males, acalmar, esquecer o passado, prevenir mau agouro e, especialmente, curar de doenças.

O quintal de casa era munido com muitos tipos de plantas trocadas entre vizinhos, ou retirada das matas nas proximidades. Para minha avó, aquele quintal era como um santuário sagrado onde se podia retirar a solução para quase tudo. Era preciso ter cuidado para entrar e para retirar as plantas, pois havia a forma certa e a lua apropriada, e a relação com essas plantas deveria ser com carinho, para que pudessem nos recompensar com sua cura.

Todos os dias, algum dos vizinhos a chamava para pedir alguma planta. Entre as mais pedidas e utilizadas, posso citar: a carqueja, a mentruz, o boldo, a camomila, o pico-pico, o agrião, a romã, a erva-doce, o alecrim, a arruda e a hortelã. Geralmente, os chás e as simpatias curavam as doenças. O uso das plantas poderia também ser acompanhado por uma benzedeira que era mais entendida e familiarizada com o “jeito certo” de usar as plantas. Raramente íamos ao médico ou tomávamos remédios, somente em casos extremos.

A reaproximação com o tema plantas medicinais ocorreu similarmente, quando realizei, em 2017, a pesquisa sobre Produtos Florestais Não Madeiráveis (PFNM) no Litoral do Paraná, que abrangia as plantas ornamentais, em especial as bromélias. Durante a realização da iniciação científica, observei que, assim como na casa da minha avó, também havia em uma grande parte das casas das pessoas visitadas uma área de cultivo de plantas medicinais, principalmente nos municípios de Morretes e Matinhos. Nos diálogos, tomei conhecimento de que se tratavam, na maioria das vezes, de plantas que eram retiradas da mata da região, plantas de pequeno porte, que depois vim a saber que eram denominadas de PFNM.

Conforme eu lia os artigos sobre os PFNM, comecei a compreender o quanto esses recursos auxiliavam e faziam a diferença na vida das pessoas que vivem em condições de vulnerabilidade, pois, quando não se tem dinheiro, o remédio de menor

custo não é acessível, e os deslocamentos a postos de saúde não são viáveis em meio à distância, ou a falta de automóveis e passagens de ônibus.

Coletar uma muda de planta medicinal de uma mata é como levar consigo a cura para casa, plantar, regar, vê-la crescer e a ter disponível, quando necessário. Essa pequena história de vida com o uso das plantas que motivou meu interesse nesta pesquisa, por isso busquei identificar de que formas o uso desses recursos naturais, poderia trazer melhorias a vida das pessoas e também de que formas poderiam ser mantidos e preservados os conhecimentos sobre eles.

As plantas medicinais nativas do Litoral do Paraná são conhecidas, utilizadas e comercializadas por seus atores. Mas de que forma têm ocorrido essas atividades no Litoral do Paraná? Assim, diante desse contexto, o trabalho foi estruturado em quatro capítulos, que serão apresentados a seguir:

O capítulo 1 apresentou uma descrição da contextualização geral do trabalho sobre a importância do uso das plantas medicinais nativas no Litoral do Paraná e a relação dos atores com esses recursos, seguidas da construção da problemática, objetivos e justificativa.

O capítulo 2 descreveu a interação da comunidade rural mais dependente dos recursos da floresta no território, referencial teórico sobre os Produtos Florestais Não Madeiráveis e Desenvolvimento Territorial, tendo como principal abordagem, os estudos que envolvem a atividade da coleta e os recursos da floresta.

O capítulo 3 apresentou a fundamentação teórica do trabalho, descrevendo os conceitos de recursos naturais, potenciais, genéricos e específicos, e as respectivas formas de uso e ativação que são capazes de manter e fortalecer a produção territorial dos atores.

O capítulo 4, descreveu a construção metodológica do trabalho, que se dividiu em duas etapas: a revisão sistemática e a pesquisa de campo exploratória e como foram inseridos os conceitos da potencialidade da especificação dos recursos na pesquisa.

O capítulo 5, apresentou os resultados da revisão sistemática, buscando identificar na literatura quais as plantas medicinais nativas haviam sido mais citadas para uso e venda no Litoral do Paraná e a partir dessas, aferir pela fundamentação teórica de Pecqueur, se existiam características que identificam e diferenciam as atividades coletivas com potencial de especificação no território.

O capítulo 6 discorreu sobre a pesquisa de campo, analisando a origem e procedência das plantas medicinais nativas nas casas de produtos naturais, se havia a participação direta dos coletores em negociações, quais os requisitos de inclusão desse segmento e também, sob a perspectiva de Pecqueur, se havia algum indício de especificidade regional em relação ao uso desses recursos.

Por fim, nas considerações finais, buscou-se responder aos objetivos propostos inicialmente no capítulo 1, descrevendo os limites, alternativas e reflexões sobre o uso das plantas medicinais nativas não madeiráveis e as possibilidades de um recurso específico potencial no Litoral do Paraná.

1.1 INTRODUÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA

O Bioma da Mata Atlântica abrange uma ampla variedade de paisagens florestais em sua planície litorânea e, apesar da recorrente exploração de recursos naturais, encontra-se relativamente bem conservada devido ao persistente cuidado das unidades de conservação (TIEPOLO; DENARDIN, 2016). Além da presença das populações rurais e unidades de conservação interagindo nesses espaços, o território é composto também por empresas de reflorestamento, latifundiários e atravessadores que comercializam produtos do extrativismo, como orquídeas, cipós, palmitos, e plantas medicinais (FERREIRA, 2010).

O uso de recursos naturais pelo extrativismo é uma forma essencial da reprodução do trabalho de parte da comunidade rural, e é por meio dessa atividade que esses mantêm uma conexão com o território em que vivem. No entanto Pierri (2006) afirma que conciliar o uso de recursos naturais com a geração de renda é uma preocupação necessária, pois ainda que as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) exerçam a tarefa de proteger a diversidade das florestas, existe uma necessidade de suprir a carência de minuciosas regulamentações de acessos, que geram conflitos, difíceis de ser mensurados entre a preservação e o uso para a subsistência.

De acordo com Zanoni (2000) dentro de um contexto histórico, a extração de recursos da floresta ocorre no Litoral do Paraná desde o século XVI, abrangendo diversas espécies de folhas, frutos, flores, palmitos, raízes, bulbos, ramos, cascas, fibras, óleos essenciais, cipós, ervas, bambus e plantas ornamentais que podem ser conceituados de Produtos Florestais Não Madeiráveis (PFNM) e classificados de acordo com a FAO (1995) em categorias como: Alimentos, Ornamentos, Bioquímicos, Forragens e medicinais.

No entanto, segundo Serva et al. (2015) e Cesco (2016) o uso dos recursos naturais disponíveis e as demais atividades locais, como a pesca agricultura e artesanato, não tiveram ou não puderam realizar uma organização coletiva suficiente para o alcance da autonomia social, e a consequência dessa insuficiência resulta no êxodo rural.

Sob a perspectiva do êxodo rural e a ausência de alternativas, poderiam estar surgindo no território meios de distanciar as populações rurais de sua produção territorial, pelo controle e redução da forma, usos e acessos dos recursos naturais?

Na opinião de Fernandes (2009) para responder a esta questão é preciso analisar de que formas as pressões externas influenciam a redução das produções não capitalistas, bem como de que modo são formuladas as exigências ambientais, que nem sempre fornecem o suporte necessário para as comunidades rurais, mesmo que essas apresentem elevado grau de resistência para manter sua territorialidade¹.

Segundo Gottman (2012), a escolha entre manter as produções não capitalistas ou permitir a entrada das produções capitalistas para a expansão do capital tem sido o dilema de muitos lugares, no entanto se a escolha for a primeira, se torna essencial a organização coletiva dos processos de produção para que o território não seja apropriado.

No caso do Litoral do Paraná, se faz necessário compreender quais seriam os caminhos para a organização coletiva, visto que nessa região a apropriação externa também tende a absorver o conhecimento e cultura das populações rurais pela sua proximidade com os recursos da floresta. No caso das plantas medicinais por exemplo, a comercialização vem ocorrendo de acordo com Stridsberg (2001) sem limitações da origem e procedência reguladas apenas pelo preço, emergindo na sociedade um comércio injusto. Além disso, Hourinouchi (2013) afirma que os estudos evidenciam que as plantas medicinais vêm sendo levadas para fora do país sendo utilizadas estritamente em mercados externos.

As plantas medicinais compõem uma categoria dos PFNM e se configuram como um recurso natural importante, pois, de acordo com Cechinel (1998) e Kalil et al. (2000), cerca de 80% da população mundial utilizam algum tipo de planta medicinal *in natura*, pela possibilidade de acesso, custo benefício e danos colaterais reduzidos. Consequentemente, parte da comunidade rural desenvolve um conhecimento mais aprofundado sobre a finalidade desses recursos.

Nesse sentido, Mariante (2008) afirma que as plantas medicinais são um alvo para as grandes empresas porque elas reconhecem seu potencial e também há uma tendência pelo aumento do consumo desses recursos.

Para Negrelle (2007), um dos meios de proteção contra apropriações externas e negociações injustas é a produção de conhecimento, visto que, diante da

¹ Territorialidade é entendida como o resultado e a condição dos processos sociais e espaciais, efetivada em todas as relações cotidiana dos atores de forma múltipla e híbrida (SAQUET, 2009).

diversidade dessas florestas, se faz necessária a realização de mais estudos, capazes de nortear alternativas de uso racional e coletivo dos recursos naturais.

Em relação à proteção dos territórios, Vieira (2006) afirma que os planejamentos devem ser desenvolvidos com bases nas dimensões ecológicas, culturais, político-institucionais, na resolução de problemas prioritários, e também trabalhados os potenciais de apropriação dos recursos. Por vezes, a identidade sociocultural já construída evidencia o caminho.

Autores como Balzon (2006), Negrelle (2007), Ferreira (2010), que realizaram diversos estudos nos municípios do Litoral do Paraná afirmaram que o uso das plantas medicinais pode ser uma importante alternativa para o desenvolvimento regional, visto que essas já compõem parte do conhecimento, o uso doméstico e também renda para diversas famílias.

Entretanto, o uso de recursos requer treinamentos, regulamentações e formas de se constituir vínculos sociais capazes de preservar esses bens. Ternaux e Pecqueur (2008, tradução nossa) afirmam que os recursos naturais oferecem vantagens, mas apenas as ações coletivas aprimoradas são capazes de alcançar a autonomia.

Analisar que tipos de ações, treinamentos e regulamentações são capazes de fomentar a autonomia e fortalecimento dos atores podem se tornar mais essencial que a própria comercialização em si, visto que na opinião de Pecqueur (2005a), a organização social e capacitação aprimorada trazem vantagens que estão além da dinâmica da comercialização, já que essa é apenas seu fim.

De uma forma complementar Pecqueur e Zimmermann (2005), afirmam que a especificação de recursos não busca a ampliação dos lucros, mas sim ampliar a ativação da construção coletiva, para que o território seja transformado e renovado em benefício social (PECQUEUR ZIMMERMANN, 2005). Sendo assim, a possibilidade de um recurso ser utilizado com mais propriedade e conhecimento pode gerar a autonomia local.

Nesse sentido, a presente pesquisa visa responder à seguinte questão norteadora: “As plantas medicinais nativas não madeiráveis possuem potencial para contribuir com o Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) no Litoral do Paraná?”.

O objetivo geral dessa pesquisa buscou, por revisão teórica e pesquisa de campo, investigar entre os PFNM o potencial das plantas medicinais nativas em contribuir para o DTS no Litoral do Paraná.

Para atender o objetivo geral, os seguintes objetivos específicos se fazem necessário: a) analisar o potencial das plantas medicinais nativas não madeiráveis se tornarem um recurso específico ativado no Litoral do Paraná; b) investigar a diversidade e procedência das plantas medicinais nativas não madeiráveis comercializadas nas casas de produtos naturais no Litoral do Paraná; e c) propor, com base na literatura, possíveis estratégias para possibilitar a ativação dos recursos específicos no Litoral do Paraná.

Como hipótese, afirmou-se que as plantas medicinais nativas não madeiráveis são capazes de proporcionar, a partir do processo de especificação dos recursos, alternativas de desenvolvimento territorial sustentável ao Litoral do Paraná.

Analisar as formas como os grupos de atores produzem sua territorialidade em razão de um recurso do território é essencial para se compreender como esses se correlacionam, visto que na concepção de Benko e Pecqueur (2001) o processo de ativação de um recurso específico implica na necessidade de interligar os processos socioeconômicos endógenos junto a combinações estratégicas para se obter resultados.

A pesquisa sobre a potencialidade das plantas medicinais nativas poder contribuir para o DTS no Litoral do Paraná, intenciona trazer a concepção da importância da interação entre dois grupos de atores no Litoral do Paraná: A comunidade rural, que utiliza as plantas medicinais nativas como alternativa de subsistência e as casas de produtos naturais que as comercializa.

Na opinião de Pecqueur e Zimmermann (2005) o comércio, de forma geral, tende a voltar suas dinâmicas ao processo capitalista, no entanto possui o conhecimento prático sobre os requisitos institucionais do beneficiamento, da regulamentação e necessidade do consumo local, sobre os recursos que a comunidade rural também conhece e produz², e é justamente nesta questão que

² Os estudos de Stridsberg (2001), Zaniolo (2003), Ferreira (2010) e D'Angelis (2015) afirmaram que existe a comercialização de plantas medicinais nativas no Litoral do Paraná.

poderia haver a troca de informações, voltada à dinâmicas de proximidade entre os atores.

Nesse sentido tal aproximação poderia emergir bases para o fortalecimento social da comunidade rural, por meio da especificação de recursos que busca ativar a construção de conhecimento coletivo, ao contrário da economia mercantil que busca ampliar os lucros (PECQUEUR E ZIMMERMANN, 2005).

A medida que a ampliação do conhecimento sobre o uso dos bens naturais é importante sobre diversas perspectivas e que a interação entre os atores é um meio de acesso a esse saber, entende-se que não se trata de gerar alternativas para a comunidade rural ser inserida na dinâmica capitalista, pois dessa forma, segundo Benko (2001) a produção territorial se submete ao preço de mercado e pode ser substituída ou banalizada. A questão é compreender por meio das atividades que são realizadas pelos comerciantes, como a reprodução de compartilhamento de informações pode orientar os caminhos do fortalecimento social.

A investigação sobre as relações comerciais e os meios que se estabelecem tais territorialidades, implica na análise de quais mecanismos proporcionam o reconhecimento local de um produto e que de forma é valorizada sua procedência e diversidade, para que a partir destes requisitos sejam construídas as alternativas de acesso para as populações rurais que desejarem ser incluídas na atividade e construir ou complementar seu conhecimento nos processos de regulamentação (CAMPOS, 2007).

Segundo Pecqueur e Zimmermann (2005) os conhecimentos sobre os processos de regulamentação junto às empresas, em si, não são suficientes para abranger a complexidade de um território, mas complementam um ciclo de conhecimento, que junto à literatura de desenvolvimento territorial sustentável, podem gerar bases estratégicas que possibilitem a autonomia social no Litoral do Paraná.

Diante das necessidades e apontamentos sobre a questão da preservação dos saberes locais e a possibilidade de as plantas medicinais proporcionarem benefícios para o fortalecimento local, conforme foi dito por Balzon (2006) e Ferreira (2010), justifica-se a realização deste estudo, buscando-se investigar entre os PFNM o potencial das plantas medicinais nativas em contribuir para o DTS no Litoral do Paraná. Para tal, a abordagem de desenvolvimento territorial sustentável será

centrada nas dinâmicas territoriais e alternativas para o processo de especificação dos recursos.

2 O LITORAL DO PARANÁ E AS ATIVIDADES QUE ENVOLVEM OS USOS DOS RECURSOS DA FLORESTA ATLÂNTICA

O Litoral do Paraná é constituído por sete municípios: Paranaguá, Morretes, Antonina, Pontal do Paraná, Guaraqueçaba, Matinhos e Guaratuba, com uma população de cerca de 265.392 habitantes (IBGE, 2019). Entre as atividades econômicas mais importantes, destacam-se, de acordo com Denardin (2008), as portuárias (Paranaguá e Antonina), turísticas e praianas (Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba) e rurais (Morretes e Guaraqueçaba).

A diversidade da Floresta Atlântica se sobressai no território, sendo reconhecida por proporcionar à sociedade bens naturais, capazes de garantir a subsistência a uma parte significativa da comunidade rural que vive em seus entornos, tais como indígenas, quilombolas, colonos e comunidades rurais (LIN, 2006).

No início de sua formação, as comunidades caiçaras compunham, os grupos indígenas que sobreviveram aos massacres do século XVI e posteriormente a inserção dos negros quando adquiriram sua liberdade, que miscigenados adaptaram suas culturas a uma nova forma de vida, desenvolvendo seus saberes sobre os fenômenos naturais, natureza e águas (DOS SANTOS, 2012).

A capacidade que as comunidades caiçaras tem de aproximar seus conhecimentos tradicionais com os recursos na natureza até os dias de hoje, trazem a reflexão da ideia de construção da cultura de um povo, que na mão contrária ao vigente progresso, estabeleceu para si, algo diferente e fundamentado pela cultura, percebido na floresta e no mar, uma forma de vida e sobrevivência passadas pela oralidade, algo que escolheram lutar para manter por considerar importante, mesmo que com recursos escassos (PEREIRA, 2011).

Dos Santos (2012) afirma que se as comunidades caiçaras fossem valorizadas, juntos a elas, muitos saberes seriam preservados, em relação aos mangues, restingas, praias e interiores da natureza. No entanto à medida que a urbanização avança, suas tradições morrem lentamente, por meio da poluição dos mares e rios e restrições ambientais ao seu trabalho e dependência da Floresta, que levam a fome.

Na opinião de Diegues (1996) a restrição ao uso de recursos naturais para a subsistência que descaracteriza a cultura, se originou dos interesses políticos de preservação das florestas, solicitadas por governantes externos que não conservaram

a biodiversidade de seus países, acordos aceitos em troca de ajuda financeira, que forcem o deslocamento das populações rurais as periferias, sem nenhum tipo de compensação por seus danos.

Segundo Pereira (2011), as atividades realizadas pelas populações rurais em áreas de florestas, não somente no Litoral do Paraná, mas em todo o Brasil, são reconhecidas como formas de vida peculiares ou como um obstáculo ao progresso da sociedade urbana, políticas que se dividem entre proteger as florestas ou desenvolver os espaços pela economia convencional.

Se a questão for a conservação, Diegues (1996) afirma que considerar terras protegidas “intocadas” pelas unidades de conservação, direcionando-as para a apreciação da natureza, esvaziam-se de sentido no momento em que se tornam armas de articulação nas mãos das elites, e o espaço que outrora foram de subsistência ou preservação, dão lugar a grandes empresas de reflorestamentos, hotéis de luxo, ou até mesmo lugares de pulverização de venenos que recaem sobre as águas, florestas e casas, quando a “permissão” é concedida.

No entanto, de acordo com Dos Santos (2012), nas comunidades caiçaras tais ideais de apropriação não são reconhecidos, seus entendimentos sobre o valor de moradia são diferentes do ponto de vista das unidades de conservação e da maioria da sociedade, para esses, a terra deveria ser do primeiro que cultivou e estabeleceu suas famílias e gerações, quem trabalha nela e não um lugar de especulação. Dentro de suas comunidades remanescentes, suas terras terminam aonde a do outro começa, não há muros ou cercas. Seus bens são ou eram suas roças, casas, canoas, consolidação de suas famílias, fandangos e festividades, mas aos poucos algumas atividades foram sendo abandonadas, devido a descaracterização dessa forma de vida.

Essas mudanças fazem com que muitos dos saberes construídos ao longo de séculos sejam substituídos por outros que vêm de fora. Muitos jovens não querem mais pescar e preferem estudar ou trabalhar com outras atividades, como de caseiros. As casas, antes feitas de madeira, passaram a ser construídas de alvenaria e os mutirões, típicos no levantamento das casas, quase não acontecem mais, pois esse trabalho passou a ser feito por pedreiros e o fandango, antes tão importante, foi trocado pelo pagamento em moeda corrente. As áreas comuns entre as habitações caiçaras vêm sendo demarcadas e cercadas. (DOS SANTOS, 2012, p.5).

De acordo com Mellinger (2015), membros das comunidades caiçaras afirmaram que vivenciam conflitos com empresas madeireiras e polícia florestal, com descontentamento, à medida que suas prioridades são tratadas com indiferença, pelos órgãos estatais, sendo esta relação baseada no acatamento de ordens, sem acordos.

As mudanças de vida das populações rurais começaram a acontecer na década de 80, pois de acordo com Pierri (2006) foi o período em que as Áreas de Conservação delimitaram seus espaços incluídos nessa política de preservação cerca de 947.664,82 ha de floresta (PIERRI, 2006). Tiepolo (2015) afirma que as extensões florestais do Litoral do Paraná estão sob a proteção e responsabilidade do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, sendo 14 estaduais, 8 federais e 11 privadas, totalizando 33 áreas naturais protegidas.

Entre essas áreas protegidas (FIGURA 1), encontram-se: Parque Estadual do Rio da Onça (1981) em Matinhos, Parque Estadual Roberto Ribas Lange (1994) Antonina e Morretes, Parque Estadual Pico Paraná (2002) Antonina, Parque Estadual Pico do Marumbi (1990) Morretes, Parque Estadual do Pau Oco (1994) Morretes, Parque Estadual do Boguaçu (1998) Guaratuba, Parque Estadual da Ilha do Mel (2002) Paranaguá, Parque Estadual da Graciosa (1990) Morretes, Floresta Estadual do Palmito (1998) Paranaguá, Estação Ecológica Ilha do Mel (1992) Paranaguá, Estação Ecológica de Guaraguaçu (1992) Paraná, APA Estadual de Guaratuba (1992) Guaratuba, Morretes e Matinhos, APA Estadual de Guaraqueçaba (1992) Guaraqueçaba, AEIT do Marumbi (1984) Antonina e Morretes (IAP/DIBAP, 2012).

De acordo com Pierri (2006), além de garantir a proteção e o cuidado à diversidade das florestas, as responsabilidades das Áreas de Proteção Ambiental (APA) também se estendem à proteção das populações rurais, que por sua vez, conforme Negrelle; Fornazzari (2007) realizam as atividades de coleta de recursos sem regulamentação.

Tiepolo (2015) afirma que ainda não foram mensuradas as quantidades seguras de extração dos recursos naturais da Floresta Atlântica, havendo também a carência de minuciosas regulamentações sobre a especificidade das espécies utilizadas. Urge assim a necessidade de pensar e analisar esse paradigma, visto que a subsistência desses atores se baseiam no acesso aos recursos, ao mesmo tempo

que ações inapropriadas de fato não podem ser levadas adiante, sem ocasionar a destruição das florestas (PIERRE, 2006; TIEPOLO, 2015).

FIGURA 1– MAPA DO LITORAL DO PARANÁ



FONTE: Google maps (2020).

Nesse sentido Castellani (2002) afirma que o sentido da manutenção da diversidade só pode ser alcançado se houver a construção de um pensamento conjunto de conscientização das pessoas, sendo aquelas populações que possuem o contato direto com a natureza importantes para a construção de um ciclo de conhecimento.

Pierre (2006) corrobora com a afirmação de Castellani (2002), visto que há uma dificuldade de elaboração e regulamentação de técnicas apropriadas dos recursos naturais, justamente pela falta de planejamento e debates coletivos junto às comunidades e de articulação, a qual ocasiona uma série de problemas para os gestores das APAs que não conseguem ter controle sobre ações clandestinas e também os atores que não recebem auxílio para as suas demandas no que se refere ao uso sustentável dos recursos naturais.

No último levantamento realizado pelo IPARDES (2010), a população rural do litoral do Paraná representa cerca de 25.255 pessoas. Devido as transformações do território, na opinião de Pereira (2011), as formas de vida se modificaram, sendo assim atribuídos diversos nomes e classificações devido a suas atividades na agricultura, pesca, extrativismo ou ambos. Nas pesquisas regionais, esses podem ser conceituados como agricultores, pequenos produtores, camponeses, trabalhadores das florestas e das águas, caiçaras ou populações rurais (PEREIRA, 2011).

Para Pierre (2006) e Tiepolo (2015), as comunidades que vivem nos entornos da Floresta Atlântica podem exercer um papel ativo na preservação da natureza, visto que essas pessoas também têm interesse na manutenção dos recursos, já que dependem deles para garantir seu sustento.

O uso dos recursos naturais disponíveis está relacionado entre as atividades mais relevantes das comunidades rurais no Litoral do Paraná, entretanto Serva et al. (2015) e Cesco (2016) corroboram que, apesar de as comunidades rurais exercerem atividades de pesca, agricultura, artesanato e extração de recursos como flores, frutos, cascas folhas, raízes, de forma geral, ainda não houve ações suficientes de prover autonomia, e dessa insuficiência resulta o êxodo rural.

A seguinte seção apresentará um referencial teórico sobre os Produtos Florestais Não Madeiráveis, adotando a Sigla PFNM, tendo como principal abordagem os estudos que envolvem a atividade da extração, a interação entre os atores e os recursos da floresta.

2.1 OS PRODUTOS FLORESTAIS NÃO MADEIRÁVEIS

De modo geral, o termo PFNM se refere a uma produção de conhecimentos que têm sido desenvolvidos em escala mundial, voltados para a extração de recursos

da floresta. O foco desses estudos, em sua maior parte, é direcionado para o fator socioeconômico sustentável de distribuição justa e a melhoria de vida das comunidades que vivem nas regiões de florestas (FAO, 1999).

A FAO (1995) define PFNM como recursos naturais destinados para usos humanos e animais como alimentos, folhas, frutos, flores, sementes, castanhas, palmitos, raízes, bulbos, ramos, cascas, fibras, óleos essenciais, óleos fixos, látex, resinas, gomas, cipós, ervas, bambus, plantas ornamentais e fungos. Podendo a origem ser de vegetais e animais, aves, peixes, peles, penas, bem como a origem em serviços relacionados à terra para fins de conservação e recreação.

As teorias sobre PFNM apresentam diversas vertentes, que, por vezes, incluem ou deixam de incluir alguma categoria, por exemplo, considerar animais, ou se os produtos que estão fora da floresta podem ser classificados como um PFNM. O presente trabalho tratará dos conceitos que abrangem os PFNMs como recursos vegetais nativos da floresta.

Nessa perspectiva, Villalobos e Ocampo (1995) especificam o conceito de PFNMs como um recurso natural, oriundo da fauna e flora de um território, devido à disponibilidade, que traz benefícios a subsistência dos habitantes das regiões de florestas, favorecendo também o equilíbrio do ecossistema, bem como regular o clima e proteger fontes de água.

Os PFNM possuem classificações, que se apresentam em diferentes ordens e vertentes, mas, de forma geral, busca-se definir nesse conceito as finalidades do uso dos recursos da floresta. De acordo com Wickens (1991), a classificação dos PFNM consiste em: alimentos, forragens, combustíveis, medicinais, fibras, bioquímicos.

Já o Sistema de Classificação Internacional define os PFNM nas seguintes classes vegetais: 1. Alimentos, 2. Forragens, 3. Medicinais, 4. Cosméticos, 5. Tingimentos, 6. Artesanatos, 7. Ornamentais, 8 bioquímicos (FAO, 2000). São os atores que vivem nas áreas florestais que escolhem e atribuem a finalidade de utilização do recurso, sendo esse aprimoramento desenvolvido para as suas necessidades.

O conceito de território é essencial para a interpretação do contexto de apropriação dos PFNM, bem como a forma que tem sido produzida a territorialidade sobre esses. O território pode ser entendido como a produção combinada e aprendida

pelos atores, tal como ocorre a constituição do mundo material e como são percebidas as matérias-primas e suas formas de transformação, combinações e trabalho oriundo da imaginação de diversos tipos de linguagem (RAFFESTIN, 2009).

O território também pode ser entendido de acordo com Saquet (2009) como a construção coletiva que agrupa diversas territorialidades, espaços historicamente organizados e produzidos, estando atrelado, a constantes apropriações de organizações sociais, públicas, privadas e não governamentais, em que cada grupo define suas regras, normas, objetivos, representatividades.

Como existem inúmeras formas de produção social, surgem as diferenças sociais, capazes de produzir consensos, desigualdades ou conflitos, podendo o território ser utilizado na opinião de Fernandes (2009), como um meio de implantação de políticas públicas e privadas, que alcançam campo, cidade ou floresta, ou seja, as formações de modelos de desenvolvimentos aplicados, desencadeiam impactos socioterritoriais originando além de conflitos, resistências e disputas materiais e imateriais.

Haesbaert (2003) traz uma concepção mais específica do que são as interações no território e suas formas de produção, afirmando que essas podem ser compreendidas sobre 4 vertentes: I. Jurídico-política, II. Cultural (ista), III. Econômica (muitas vezes economicista) e IV. Naturalista. Os PFNM apresentam diferentes finalidades sob a perspectiva de cada vertente e são sobre essas diferenças que se buscará discorrer a seguir.

A vertente Jurídico-política: É a mais difundida, e sob esse aspecto o território é caracterizado como um espaço delimitado, dominado e controlado, visto como o poder político do Estado (HAESBAERT, 2003).

Os PFNM são percebidos nesta vertente como um alvo promissor para a produção em escala, e por isso tende a voltar sua atenção aos recursos com resultados mais significativos, como é evidenciado no Plano anual de Outorga Florestal de 2020, que objetiva a concessão florestal a 3,8 milhões de hectares de Florestas Públicas Federais, onde o Manejo Florestal (UMF) é o critério de acesso à pessoas jurídicas de micro, pequeno e médio portes, como forma de “promover a equidade na política de gestão de Florestas Públicas no Brasil”.(MAPA, p.11. 2019).

No Litoral do Paraná, o reconhecimento da importancia dos PFNM, nessa vertente, não é recente, visto que segundo Zanoni (2000) as tensões internas pelas

posses e apropriações de recursos começaram a surgir no século XIX, devido à aceleração social que foi marcada pela abolição da escravidão.

Já, a partir do século XX, iniciou-se um processo de estratificação social de pequenos agricultores, que foi limitando suas atividades para dar lugar aos produtores de banana (ZANONI, 2000). Na década de 1960 a 1980, no Litoral do Paraná surgiram três aspectos marcantes para a transformação do espaço:

- a) a entrada de novos atores na sociedade local;
- b) a predominância do extrativismo;
- c) a marginalização econômica (RAYNAUT et al., 2000).

Percebe-se mais uma vez, que a comunidade rural que utiliza os PFNM para subsistência não pode e ainda não poderá acessar tais benefícios de acesso, pois de acordo com Shanley (2005), o governo reconhece a importância dos PFNM, mas concentra suas pesquisas nas produções econômicas mais promissoras, como um tipo de renda complementar à madeira e agricultura, não incluindo as comunidades rurais mais vulneráveis nessas perspectivas.

Já a **vertente Cultural** dos territórios na opinião de Haesbaert (2003) diz respeito a dimensão simbólico-cultural, mais subjetiva, em que o território é visto sobretudo como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo sobre o seu espaço.

Nesse sentido a territorialidade exercida sobre o uso dos PFNM abrange a cultura, saberes, conhecimentos etnobotânicos, ecológicos e finalidades desenvolvidas, em sua maior parte pela comunidade rural. Ticktin (2004) afirma que geralmente os atores que mais utilizam os PFNM tendem a ser os membros mais pobres da sociedade em que vivem, sendo essa vertente a que mais necessita de auxílio da vertente Jurídico-política.

Em relação as consequências da exclusão social e falta de articulação com a vertente jurídico-política e naturalista, Marshall (2006) afirma que os coletores vêm sendo obrigados a comercializar os recursos clandestinamente, quando poderiam estar sendo auxiliados sobre como desenvolver e aprimorar as práticas necessárias para contribuir com a economia, melhorias de vida local e conservação do meio ambiente.

No Litoral do Paraná, de acordo com Zanoni (2000) a extração de recursos da floresta é prática recorrente, visto que a Floresta Atlântica é uma importante fonte de

recursos. A diversidade natural influenciou profundamente o processo de ocupação agrícola da região, desde o século XVI, quando a coleta direta de PFM garantiu a subsistência das comunidades que ali habitavam. De acordo com Ferreira (2010) estima-se que as atividades extrativistas no Litoral do Paraná que envolvem o uso dos PFM em 1910 eram realizadas por atores rurais denominados como posseiros ou caiçaras.

Além da extração, os PFM foram fortemente associados às questões coletivas, históricas, culturais, místicas da região e seu manuseio foi construído pelo saber da sazonalidade do clima, etnobotânica e conhecimentos ecológicos (FERREIRA, 2010).

Apesar das inibições, as atividades que envolvem o uso de PFM se mantiveram no Litoral do Paraná. De acordo com Marshall (2006), mesmo com a falta de apoio, os coletores tendem a apresentar alto grau de resistência às pressões externas. A extração é uma forma de trabalho, uma forma de vida e se configura como uma importante alternativa de permanência da comunidade rural nos seus locais de origem (PROTIL, 2006).

Destaca-se que a organização dessas comunidades pode ser fator determinante na ativação dos recursos, um exemplo disso é o que foi dito por Mellinger (2015) em seu estudo sobre a participação democrática na gestão de bens naturais em comum no município de Guaratuba, quando a autora analisou a participação de representantes dos coletores nas reuniões junto aos órgãos estatais, e afirmou que esses representantes pouco sabiam sobre suas demandas emergentes e também que o “nativo” não reconhecia esse espaço como legítimo para suas reivindicações, chegando inclusive a observar que haviam também pessoas de “fora” representando seus interesses, ao mesmo que outros segmentos rurais do litoral do Paraná, pela sua organização conseguiram alcançar atendimento de suas demandas, como no caso dos produtores de banana que pela articulação junto a reuniões de gestão de bens naturais, defenderam suas necessidades de forma bem específica³.

Nesse sentido a necessidade de se reestabelecer vínculos com as demais territorialidades é necessária e Vieira (2006) afirma que qualquer tentativa de desenvolvimento que não sustente em seus pilares a integração interinstitucional, ou

³ Segundo Mellinger (2015) foi aprovado pelo conselho da APA a pulverização.

envolva a socioeconomia e gestão patrimonial dos recursos naturais de uso comum, terá poucas chances de sobreviver e será submergida.

A vertente Econômica (muitas vezes economicista) é na opinião de Haesbaert (2003) bem menos difundida e enfatiza em suas prioridades a dimensão espacial das relações econômicas, no embate entre as classes sociais e na relação capital-trabalho.

Essa vertente exerce sobre o território um domínio hegemônico e de acordo com Fernandes (2009) cada vez mais, a tendência à acumulação demanda a redução das produções não capitalistas. Quando o Estado se une a essas forças transacionais, as consequências recaem principalmente sobre a vertente cultural e potencializa-se a instrumentalização da exclusão, mediante a redução de alternativas de autonomia, o que é sentido pelos atores que desejam manter suas produções territoriais.

Na concepção de Fernandes (2009) o interesse que guia as reduções das produções não capitalistas está relacionado a possibilidade que os atores têm de serem independentes do sistema econômico, pois se forem reduzidas as produções do campo, ocorre o aumento de “consumidores” e não produtores:

Indígenas, camponeses e sem-tetos na floresta, no campo e na cidade disputando territórios para garantirem suas existências a partir de suas identidades. Territórios como propriedades nas florestas, campo e cidade possuem configuração e modos de usos distintos. Na cidade são usados predominantemente para moradia. Nas florestas e nos campos, além da moradia são usados para a produção de alimentos e mercadorias (2009, p. 209).

De acordo com Santos (2003) a atuação da vertente econômica que está submetida e submete produtos ao preço de mercado e se sustenta pelos processos imediatistas da oferta e demanda, desta forma, quando os PFNM são direcionados a essas atividades, tendem a desaparecer.

Em relação ao Litoral do Paraná, Pierri (2006) afirma que a entrada de novos atores da vertente econômica, foi precedida de um estímulo fiscal fornecido pelo governo federal aos latifundiários, para que esses desenvolvessem atividades agroflorestais e se instalassem em áreas já habitadas pelos agricultores locais e também coletores de PFNM.

Vertente Naturalista: Implica na demarcação do espaço e usufruto dos recursos naturais (HAESBAERT, 2003). Essa vertente abrange a gestão do meio ambiente, com regulamentações, normas e políticas punitivas, em relação à preservação dos ecossistemas e concedem ou não o acesso regulamentado, e segundo Ticktin (2004), a questão dos PFNM é analisada sob a perspectiva das consequências ecológicas que o uso implica, visto que a extração pode alterar os processos biológicos de várias ordens, como padrões demográficos e genéticos, taxas vitais, os níveis de recursos naturais disponíveis, reduzindo o potencial de sobrevivência das espécies conforme essas são extraídas.

O Ministério do Meio Ambiente (2020), corrobora a afirmação do perigo de desaparecimento dos recursos naturais destacando 27 plantas com a categoria de perigo mais elevada da lista vermelha, “criticamente em perigo” (CR), sendo os PFNM da categoria ornamental mais afetados pela recorrência dessa exploração, que se encontra-se principalmente nos Biomas: Mata Atlântica (59%), no Cerrado (26%), 2 Amazônia (7%), na Caatinga (4%), principalmente pela extração direta, extração da madeira ou degradação.

Caldeira (2020) afirma que até 2050, se nada for feito, haverá a extinção de cerca de 1.140 plantas nativas nas florestas, o que segundo o autor é um número 8 vezes maior do que as plantas que já foram extintas em todo o mundo.

A ação dessa vertente no Litoral do Paraná fez com que as comunidades rurais tivessem suas práticas de coleta veementemente inibidas na década de 1980, quando surgiram as Áreas de Preservação Ambientais (APA). Devido a essas condições de insustentabilidade social, houve um significativo deslocamento dessas comunidades para os centros urbanos (ESTADES, 2003).

Na opinião de Pierre (2006), há uma dificuldade de elaboração e regulamentação de técnicas apropriadas de uso dos recursos naturais, justamente pela falta de planejamento e de debates coletivos junto às comunidades e de articulação, a qual ocasiona uma série de problemas para as APAs que não conseguem ter controle sobre ações clandestinas e também os atores que não recebem auxílio para as suas demandas no que se refere ao uso sustentável dos recursos naturais.

Vieira (2013) afirma que as persistências assimétricas junto a novas reconfigurações interpretativas dos espaços pela dinâmica da ecologia retomam uma investigação ainda mais densa de estudos sobre a produção territorial dos atores.

Como foi visto nessa seção, a produção de cada vertente desenvolve para si uma perspectiva diferente no caso dos PFNM e segundo Haesbaert (2003) apesar de se relacionarem, nem sempre há sinergia entre essas, devido aos “constantes desdobramentos das relações de poder” (p.13).

As consequências dos desdobramentos de poder podem ser vistas de acordo com Fernandes (2009) pelo relevante aumento da exclusão social, à medida que o sistema econômico caminha rapidamente avançando sobre as comunidades para expandir suas redes de forma autoritária. Se o sistema dominante avança sem muitas dificuldades, destruindo as produções territoriais, que tipo de alternativas seriam possíveis para os atores que desejam manter a sua territorialidade?

O conceito de desenvolvimento territorial surge como uma ferramenta de planejamento e ação, com suas bases nas dimensões ecológicas, culturais, político-institucionais, a fim de analisar a composição de problemas prioritários e de que formas poderiam ser trabalhados os potenciais de apropriação dos recursos (VIEIRA, 2006).

Partindo ainda da perspectiva de Vieira (2006), o desenvolvimento territorial abrange a mobilização pautada nos esforços para a potencialização e aproveitamento dos recursos naturais e sua manutenção permanente, bem como as formas de produção de bens para a valorização econômica na esfera local.

Com outras palavras Pecqueur (2005a), define o conceito de desenvolvimento territorial como uma constituição da produção enraizada num espaço geográfico e pela possibilidade de se manter ou criar a produção territorial dos atores locais. O desenvolvimento territorial não pode ser apropriado por decretos, mas deve permanecer sobre a construção dos atores, moldável às constantes adaptações, que possibilitem as suas mobilidades econômicas.

Vieira (2006) afirma que a identidade sociocultural evidencia o caminho, enquanto o desenvolvimento territorial mobiliza os meios capazes de incluir ou ampliar a participação local de atores, preencher lacunas ainda não preenchidas do processo de planejamento sobre as atividades realizadas com o uso dos recursos naturais.

O desenvolvimento territorial se faz uma abordagem essencial, pois traz a reflexão sobre a importância de se analisar as relações que se interligam nas perspectivas de uso dos PFNM, na elaboração de alternativas, já que é preciso compreender quais grupos serão impactados no território. Justamente por isso, as comunidades rurais se veem tão desamparadas, pois à medida que se fundamentaram “soluções” para a preservação das florestas, estas foram desconsideradas.

Considerando assim a necessidade de se preservar as comunidades rurais e a natureza, quais tipos de recursos podem ser utilizados para essa atividade e que tipos de organização podem ser desenvolvidas para que o uso dos mesmos ocorra sem ocasionar na destruição das florestas ou banalização das comunidades rurais?

A próxima seção apresentará os conceitos teóricos de Pecqueur sobre os tipos de recursos que podem ser encontrados no território, sendo o principal objetivo identificar quais caminhos são necessários para o potencial de especificação, que rege as construções coletivas, capazes de promover o desenvolvimento territorial.

3 RECURSOS POTENCIAIS E OS CAMINHOS PARA A ESPECIFICAÇÃO

Usar o território para desenvolver recursos próprios ou expandir o espaço nas grandes redes de relações tem sido o dilema de muitos lugares, no entanto a ascensão de um território não mais depende da sua extensão, mas sim da organização dos atores, visto que a abundância disponível de recursos não foi capaz de livrar nações subdesenvolvidas da colonização e da dominação externa (GOTTMANN, 2012).

Mas que tipo de organizações sociais seriam capazes de proteger e fomentar qualidade de vida para a vertente cultural? Como a forma do uso dos PFMN poderia influenciar no fortalecimento local? Para compreender tais diferenças, irá se buscar descrever como ocorrem os processos de transformação com o uso de recursos territoriais definidos como genéricos, específicos e potenciais.

De acordo com Pecqueur (2006b), os usos de recursos territoriais podem proporcionar a chamada “renda de qualidade territorial”, que consiste em uma forma de construção coletiva de reprodução de empregos e rendas locais, capazes de originar sistemas de consumo e produção amplos, pela apropriação dos recursos.

No contexto do uso de recursos, o conceito de território pode abranger diversos sentidos, vertentes e direcionamentos, quando incluídos em algum sistema de produção. Segundo Denardin (2009) a compreensão de como se diferencia o território dado do território construído é o primeiro passo para analisar as dinâmicas que envolvem o uso de um recurso e de que forma esse virá fortalecer ou não os atores.

O território dado é uma porção de espaço que é objeto de observação, onde não foi acrescentado valor. Existe uma análise sobre o que acontece e o que contém (DENARDIN, 2009). Nesse sentido, observa-se que o território dado está alinhado aos objetivos das vertentes jurídico-políticas, econômicas e naturalistas, mas não ao cultural.

No sentido de que no território dado não há acréscimo de valor, Pecqueur Zimmermann (2005) corroboram o pensar de Denardin (2009), afirmando que os problemas do território não podem ser resolvidos de forma estática, apenas pelo sistema de custos, medição dos comportamentos, otimização de agentes ou o cálculo

adicional da distância de cada local, pois esta lógica foi estruturada especificamente para as atividades mercantis, junto à teoria da economia.

Já o território construído abrange uma outra realidade visto que caracteriza o que foi composto pelos atores na elaboração de processos de melhorias, quando foi necessário resolver um problema em comum (DENARDIN, 2009). Evidencia-se no território construído o alcance da vertente cultural, que se inicia coletivamente, podendo evoluir para uma articulação mais elaborada e abrangente com as demais vertentes.

A forma de utilização dos recursos é que pode determinar os níveis de organização e autonomia de um território, visto que eles são as bases que antecedem os processos de construção territorial sejam de forma endógena ou exógena. Na opinião de Pecqueur (2009), os recursos são uma fonte, uma reserva com potencial latente dentro de um território, que ainda estão em processo de exploração, organização ou revelação.

O potencial latente que pode trazer benefícios ao desenvolvimento da vertente cultural que produz sua territorialidade coletivamente, diz respeito a organização e mobilização coletiva. Pecqueur e Zimmermann (2005) definem tais caminhos como economia de proximidade, que busca ampliar a coordenação e organização do território qualitativamente, ao contrário da economia mercantil que busca expandir os lucros quantitativamente.

Nesse sentido Pecqueur (2006a) afirma que o alcance da comercialização de recursos não garante a autonomia local, visto que há um direcionamento de finalidade produtiva, mediante à atividade genérica ou específica que os envolve. No caso dos PFNM a diferenciação de tais atividades produtivas é essencial, visto que o que está em “jogo” não é somente a autonomia da vertente cultural, mas também a garantia de preservação do meio ambiente, para que os recursos não sejam exauridos, como foi dito por Santos (2006).

De acordo com Pecqueur (2003), os recursos genéricos são bens e serviços destinados à demanda do mercado, que possuem valor desenraizado ao processo de produção endógena. Em consonância com o conceito anteriormente citado, Benko e Pecqueur (2001) definem com mais detalhes o conceito de recurso genérico, afirmando existir nessas ações um capital não investido, de caráter não mercantil exógeno, seja esse em forma de matéria-prima ou informação não explorada.

As jazidas de petróleo ou minérios na opinião de Pecqueur (2005a) são exemplos de recursos genéricos, por haver submissão e predisposição desses envolverem ações que atendam às exigências da produção do mercado quando ativados, ou seja, os recursos genéricos são estipulados por seu cálculo de otimização. Dentro desses processos, as atividades e custos já estão estipulados.

Na opinião de Pecqueur (2003), os recursos genéricos envolvem a mão de obra (sendo essa não qualificada e não utilizada), o capital (não utilizado para gerar especificidade), a matéria-prima (não explorada) e a informação (que se limita a padronização).

O direcionamento dado aos recursos genéricos, segundo Pecqueur (2005a), ocorre por uma dinâmica preestabelecida e voltada apenas para a comercialização, mas seu processo de ativação somente é aferido quando atinge determinado grau de desenvolvimento econômico, aquele que envolve as condições quantitativas necessárias de competitividade.

Percebe-se que os recursos genéricos agrupam a princípio, os ideais estritos da vertente econômica, mas conforme desenvolvem em suas bases sinérgicas as atividades estruturadas, tendem a preestabelecer dinâmicas articuladas e alinhadas junto à vertente jurídico-política, pela vinculação de interesses semelhantes.

Sob essa perspectiva, a vertente naturalista possui um papel fundamental para a proteção dos PFNM, tanto pelas atividades endógenas ou exógenas, evidenciando por estudos e regulamentações dispositivos capazes de frear a destruição das florestas.

A vertente cultural por si só também não está alheia à aderência de suas produções aos recursos genéricos, visto que a falta de regulamentação pode transformá-la também em uma fornecedora passiva, pois mesmo que suas produções territoriais possuam identidade, podem ser submergidas à demanda do mercado, como foi dito por Santos (2003) sobre as culturas e comunidades que vem cedendo seus trabalhos à economia de mercado, expondo os PFNM ao risco de extinção.

O conceito dos recursos específicos alinhado a vertente cultural para o uso dos PFNM, poderia ser uma importante ferramenta, visto que conforme as bases coletivas aprimoram seu conhecimento sobre o recurso, tornam-se na opinião de Pecqueur (2009) bens e serviços definidos como intransferíveis, pois a sua existência

depende de processos interativos, ancorados em valores culturais e produção social endógena de um território.

Marshall (2006), por sua vez afirma que os PFNM poderiam ser intitulados como “produtos especiais”, ou “orgânicos”, feitos pelas mãos da comunidade, para que lhes fossem atribuídos o devido valor simbólico e material que realmente possuem.

E sob essa concepção a vertente naturalista poderia se tornar uma grande aliada, pois à medida que os PFNM fossem incorporados a uma identificação intransferível pela comunidade rural, os recursos naturais seriam utilizados de forma racional e consciente, certamente com o auxílio das gestões das APAs.

Além do mais, os recursos específicos não podem existir sem a ação coletiva que os gerou, portanto, a produção de conhecimentos e aprimoramentos de práticas seriam constantes. Dessa forma, para Pecqueur (2005b) a estratégia de desenvolvimento dos territórios está em identificar e se apropriar dessas condições, para descobrir quais dinâmicas possuem potencial no território e a origem desse potencial está nas bases, onde nascem os recursos específicos.

Ainda, com as palavras de Pecqueur (2005b), quanto à definição de recurso específico:

Os recursos específicos só existem no estado virtual e não podem, em caso nenhum, ser transferidos. Esses recursos nascem de processos interativos e, então, são gerados na sua configuração. Eles constituem a expressão do processo cognitivo que se inicia quando atores dotados de competências diferentes põem essas competências em comum e, dessa forma, produzem conhecimentos novos. Quando conhecimentos e saberes heterogêneos são combinados, novos conhecimentos são produzidos que podem, por sua vez, participar de novas configurações (2005b, p. 13).

O estado virtual mencionado também pode estar relacionado à produção de bens e serviços com identidade cultural, como uma forma de valorização das potencialidades locais (DENARDIN, 2009). A identidade cultural pode ser entendida pela geográfica imaginária, senso de lugar, casa, lar, as tradições inventadas que ligam o passado, o presente, os mitos de origem, conectando pessoas a memórias históricas e importantes de um grupo (HALL apud SAID, 1990).

Nesse ponto a vertente cultural poderia afirmar por sua identidade, a história ainda não contada sobre a diversidade da floresta e a importância que os PFNM

possuem para a manutenção da sua cultura, junto as constantes adaptações que desenvolveram para a utilização do recurso.

Pecqueur (2005b) afirma que os recursos específicos são revelados em um território quando os atores sociais movem e combinam suas estratégias para resolver um problema inédito, e essa resolução oriunda de processos únicos e não compatíveis com o mercado.

A não compatibilidade com o mercado para Benko (2001) e Pecqueur (2005a) são representados pelo potencial de especificação que os recursos apresentam, sendo desde o começo as bases pautadas em ações coletivas que valorizam a cultura e o saber fazer. No entanto a ativação ainda demanda um grau mais complexo de cooperação social com os demais atores de uma sociedade.

Sob essa perspectiva, as vertentes do território são importantes no processo de especificação até mesmo a econômica, como foi observado por Pecqueur e Zimmermann (2005) sobre a ampliação da construção coletiva com recursos específicos e a inevitabilidade de recorrer à convergência dos trabalhos no campo da economia industrial, bem como reconhecer a forma como se dá o desenvolvimento da política econômica local e entende-la em seus mais amplos domínios.

Reconhecemos agora que os “territórios” tem uma história, formas institucionais e objetivos que os diferenciam das firmas, mas não são, ao mesmo tempo, independentes do jogo destas últimas (PECQUEUR ZIMMERMANN, p.80, 2005).

No entanto Pecqueur e Zimmermann (2005) afirmam que para pensar tais conceitos é necessário se abster das concepções do espaço homogêneo, da teoria estática predominante da vertente econômica e também da limitação de um fluxo de informações que se volta apenas ao mercado.

Uma especificidade da produção mais ou menos grande, supõem, ao contrário, uma mobilização dos atores em processos de cooperação que colocam na linha de frente o papel das relações não mercantis e os aspectos de coordenação a ela ligadas (PECQUEUR ZIMMERMANN, p.81, 2005).

Observa-se que são duas formas diferentes de atividades e consiste na ideia que a vertente cultural construiria para si a sua territorialidade fortalecida, na opinião

de Pecqueur (2006a) a ativação dos recursos específicos estaria além de uma simples comercialização.

Pecqueur Zimmermann (2005) reforçam o conceito e afirmam que tais ampliações das relações não mercantis poderiam exercer e influenciar sob diferentes perspectivas de construção no território, visto que haveria sim a concorrência das regiões inseridas, da mesma forma que ocorre a concorrência entre as empresas, no entanto a produção de bens específicos junto as combinações originais estariam longe de ser submetidas passivamente a qualquer desvalorização mercantil. Em outras palavras, surgiria uma concorrência de competências e aprendizagens a partir dos recursos específicos.

3.1 ATIVAÇÃO DE UM RECURSO ESPECÍFICO ORIUNDO DA NATUREZA

De acordo com Vieira (2007), o uso de regulamentação apropriada para os recursos naturais deve envolver a dinâmica de todos os atores sociais, para que seja garantida a manutenção de bens e serviços a longo prazo.

Sobre esse ponto de vista, Denardin (2003) afirma que, para garantir a preservação de um recurso natural ativo, é necessário possuir um conhecimento ecológico sobre esse, para que sejam reduzidos riscos de degradação ambiental, e um dos principais aspectos apontados pelo autor é a compreensão de que existe um tempo necessário para a recuperação de um ecossistema.

Na opinião de Ramires (2008), é importante investigar também o que de fato é específico sob o ponto de vista dos consumidores que valorizam produtos com identidade territorial, bem como os requisitos que precisam ser atendidos em relação a empresas e ambientes de produção necessários para a geração de renda.

Percebe-se que a produção e a consolidação de recursos específicos demanda uma aprimorada capacitação coletiva, que pode ser desenvolvida pelos atores e incorporada em suas produções territoriais. Para Ramires (2008), a construção dos processos de produção para ofertar produtos ou serviços com identidade necessita de investimento em **capital físico, humano, social e natural**.

O capital físico ocorre pelos processos de produção, constantes adaptações, e ampliações das relações com atores locais de diferentes habilidades, voltadas, por

exemplo, para canais de distribuição, propagandas, capazes de auxiliar na valorização dos bens.

O capital social consiste na organização e consenso de normas, regras e reciprocidades recorrentes de uma comunidade, esforços individuais unidos à coletividade capazes de articular e produzir resultados (RAMIRES, 2008).

Existem quatro grupos (QUADRO 1) que identificam os níveis de especificidade territorial e identidade, conforme Ramires (2008):

QUADRO 1. NÍVEIS DE ESPECIFICIDADES LOCAIS

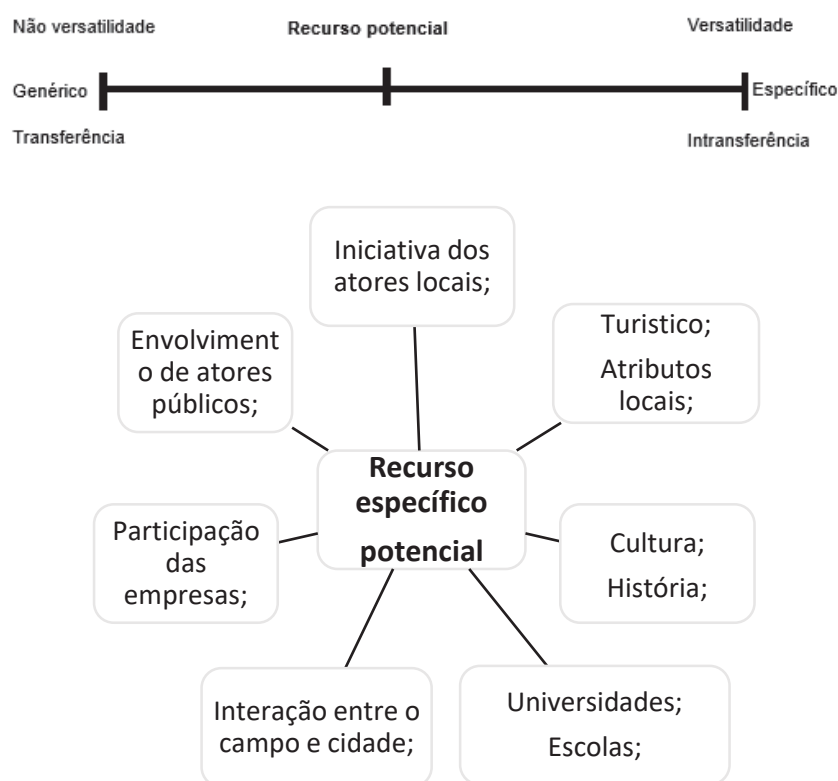
<p>I</p> <ul style="list-style-type: none"> • Condições geográficas • Culturais • Produção de bens ou serviços com identidade • Arranjos institucionais 	<p>II</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atributos de identidade • Condições geográficas • Culturais • Não existem instituições capazes de mobilizar diferentes atores para desenvolver um recurso potencial • Custos de desenvolvimento não são capazes de compensar com benefícios potenciais
<p>III</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mercadoria • Não existem condições naturais • Não existem condições históricas • Não existem instituições capazes de promover diferenciação dos produtos • Necessidade de maximizar eficiência quantitativa para atender ao mercado 	<p>IV</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ausência de especificidade • Organização coletiva • Eficiência de processos organizacionais • Há um certo nível de identidade impresso em produtos e serviços

FONTE: Adaptado de Ramires (2008).

Cada território possui características específicas de identidade, as quais, a partir do momento em que são identificadas e combinadas, podem ser consideradas um recurso em potencial (BENKO, 2001).

Para Benko e Pecqueur (2001), identificar a potencialidade de um recurso específico (FIGURA 2) requer a identificação dos aspectos de territorialização que está sendo construída pelos atores. Dessa forma, são reveladas as necessidades, para uma identificação de potencial mais aprofundada.

FIGURA 2 – DINÂMICA DE INTERAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS DE UM RECURSO ESPECÍFICO



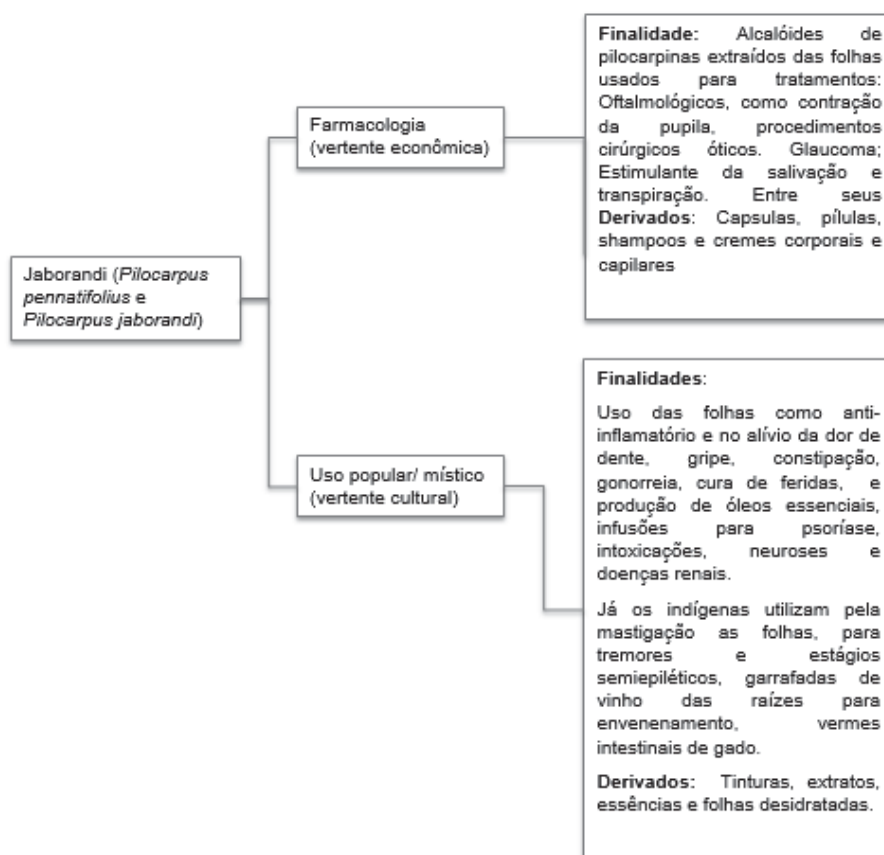
FONTE: Adaptado de Benko e Pecqueur (2001) e Pecqueur (2005a; 2006b).

O recurso com potencial de ativação possui características de intransferência, que podem ser percebidas nas produções territoriais dos atores e também nos efeitos externos que causa para a sociedade (BENKO; PECQUEUR, 2001), ou seja, quando se tem o conhecimento construído em conjunto sobre determinado recurso, dificilmente ele poderá ser deslocado, pois uma identidade foi acrescentada a essas dinâmicas.

No entanto, o que compõe a especificação de um recurso, pode ser facilmente confundida e apropriada pela vertente econômica, até mesmo quando os atores locais desenvolvem certo nível de organização coletiva, como o que ocorreu no caso a seguir:

Segundo o IBGE (2018) o Jaborandi é um dos PFMN de categoria medicinal mais utilizada no Brasil e de acordo com Gumier (2016) os atores do estado do Maranhão desenvolveram o uso desta planta para diversas finalidades, (FIGURA 3):

FIGURA 3- OS USOS DO JABORANDI PELAS VERTENTES ECONÔMICAS E CULTURAIS:



FONTE: Pinheiro (2002), Speroto et al. (2008) e Gumier (2016).

Gumier (2016) afirma que os extratores chamados de “folheiros” que utilizam o jaborandi possuem uma cooperativa a mais de 25 anos e apesar de o plano de manejo florestal já estar regulamentado e a construção de estufas e variedades de produtos ser reconhecida nacionalmente, esses extratores ainda se encontraram em estado de vulnerabilidade, por conflitos internos entre a comunidade e por falta de constantes aprimoramentos nos processos de beneficiamento e produção.

Em paralelo, a vertente econômica por intermédio de uma grande indústria química se instalou na região e realizou durante 30 anos pesquisas relacionadas a planta e suas propriedades, desenvolveu diversos produtos, mas à medida que realizou o cultivo em grande quantidade, percebeu que a qualidade medicinal foi reduzida em 50%, resultado que foi de certo modo favorável aos folheiros, porque permaneceram nos circuitos de comercialização (GUMIER, 2016).

Analisa-se no caso do jaborandi, que muitas finalidades foram incorporadas ao uso e comercialização, como a cultura, saberes etnobotânicos, técnicas de manejo,

articulações e parcerias com a indústria correspondente ao ramo. No entanto, pela teoria dos recursos específicos, em prol do desenvolvimento territorial sustentável, tal territorialidade sobre o PFNM seria chamada de bens e serviços especificamente ativados?

A resposta para essa pergunta, no caso da vertente cultural, representada pelos folheiros, é sim, pois esses autores alcançaram inúmeras etapas de articulação junto as vertentes jurídico-políticas, econômicas e naturalista, o que lhes permitiu o acesso ao uso dos recursos de forma regulamentada. No entanto é importante ressaltar, o que foi dito por Pecqueur (2005a) sobre o aprimoramento constante das atividades com recursos específicos, visto que em determinados aspectos, os folheiros não solucionaram os conflitos entre si, em relação ação conjunta.

Já a vertente econômica nesse caso, representada pela indústria química ativou o recurso genérico, na opinião de Benko (2001), essa ativação é de fato consolidada quando um recurso se torna mercadoria e é submetido ao preço de mercado. Sua natureza é transferível e disponível, sem limites geográficos, porque sua matéria-prima pode ser substituída.

Além das questões apresentadas, existe o conceito de recursos naturais, que, para Ternaux e Pecqueur (2008, p. 263, tradução nossa), está diretamente ligado e priorizado sobre o sistema de representação dos atores sociais e o valor que é atribuído por esses. Os recursos naturais são referidos como extração de bens.

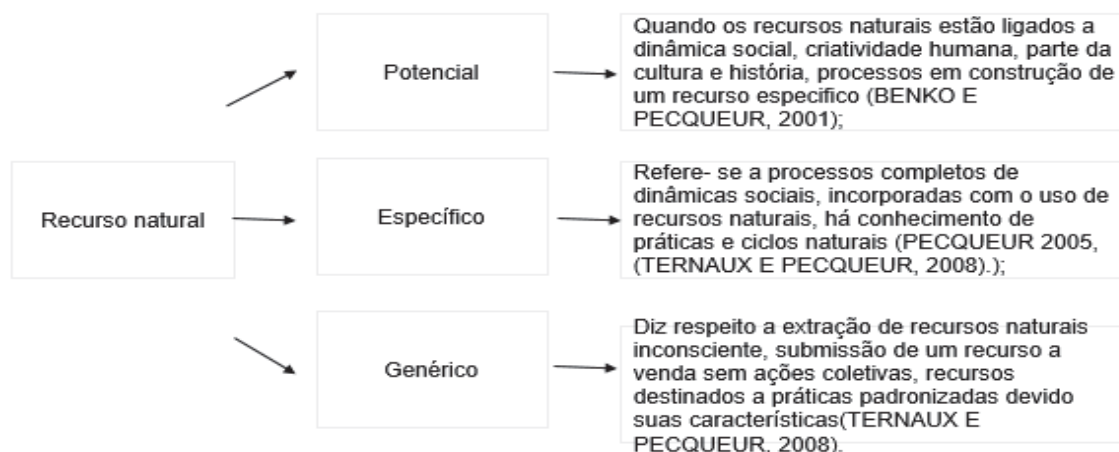
Segundo Ternaux e Pecqueur (2008, tradução nossa) o recurso natural se configura como potencial quando são utilizados e conhecidos pelos atores, no entanto, não podem ser expostos a qualquer exploração.

Apesar de os recursos naturais apresentarem em um território vantagem para os atores sociais, Pecqueur (2005a) afirma que, para promover autonomia e condições de ações coletivas, há um longo caminho, já que as dinâmicas que tornam um recurso específico ativo envolvem um avanço aprimorado das atividades sociais.

Na opinião dos autores, na maioria dos casos, quando não se envolvem os aprimoramentos necessários no uso dos recursos naturais explorados, esses se tornam genéricos, visto que são apenas extraídos e comercializados. Até mesmo sobre a perspectiva do homem e natureza, em um cenário (FIGURA 4) no qual o ator social extrai e vende para sua sobrevivência. Essa ação fragiliza um recurso natural,

pois seu caráter não se altera, se esse estiver sendo explorado de forma endógena ou exógena (TERNAUX; PECQUEUR, 2008, tradução nossa).

FIGURA 4 – EXEMPLOS DE INTERAÇÃO COM OS RECURSOS NATURAIS



FONTE: Elaboração nossa a partir de Benko e Pecqueur, (2001), Pecqueur, 2005 e Ternaux e Pecqueur (2008).

Ternaux e Pecqueur (2008, tradução nossa) afirmam ser importante repensar as práticas que são realizadas a longo prazo nos territórios, pois limitar-se à extração de bens naturais não renováveis como única fonte de sobrevivência, sem planejamento, resulta em ações insipientes.

Para os recursos naturais pode ser atribuído também o conceito de Capital Natural, que determina e analisa a capacidade autorregenerativa de produção de um recurso no ecossistema, que implica nas possibilidades de realizar ou não a coleta, a partir dos limites da taxa de renovação/regeneração, no entanto, de qualquer forma, a exploração excessiva pode levar à extinção (DENARDIN, 2003).

Pecqueur (2005b) afirma ainda que, de acordo com a raridade que os recursos naturais se apresentam em um território, já pré-dispõem o tipo de exploração que será realizada, por exemplo o carvão, o aço (que podem causar exaustão e deterioração ambiental) e a proximidade do mar (turismo) ou terras férteis (*comodities*).⁴ AS PLANTAS MEDICINAIS NATIVAS DO LITORAL DO PARANÁ:

4 POSSIBILIDADES DE UM RECURSO POTENCIAL? CONSTRUINDO A METODOLOGIA DE PESQUISA

O recurso com potencial de especificação encontra em suas bases o envolvimento coletivo dos atores para a realização de uma atividade, sendo essa construção coletiva capaz de aprimorar e evoluir ciclos de conhecimentos relacionados ao uso. As formas de se mensurar se um recurso possui ou não potencial de especificação envolvem uma série de requisitos, como promover um elo entre os contextos socioeconômico endógenos, por meio de planejamentos a longo prazo (BENKO; PECQUEUR, 2001).

Para a realização do presente estudo, duas metodologias foram utilizadas: a revisão sistemática com trabalhos já realizados na região e a pesquisa de campo exploratória descritiva nas casas de produtos naturais. As metodologias foram utilizadas para se complementar e sequenciar com mais propriedade a ocorrência do uso das plantas medicinais nativas.

A revisão sistemática permitiu que fossem identificados nos estudos, aspectos comuns de caracterização das plantas medicinais nativas como um recurso com potencial. Em seguida, foi confeccionada uma tabela com as plantas medicinais nativas mais utilizadas pelas comunidades rurais, para sequenciar e delimitar a pesquisa de campo nas casas de produtos naturais, a fim de manter o foco nos recursos nativos que poderiam ser importantes para a população urbana e rural e as possíveis construções coletivas que os envolve.

4.1 A REVISÃO SISTEMÁTICA

A revisão sistemática possui uma forma de pesquisa baseada numa análise de fontes de dados secundários, circunscritos à literatura de um determinado tema. A análise deve proceder do resumo de todos os estudos que foram incluídos. A revisão sistemática é importante justamente por ampliar a conclusão de um assunto de forma consistente (SAMPAIO, 2007).

A intervenção de interesse foi a análise das plantas medicinais nativas e seus respectivos usos no Litoral do Paraná. Para isso, buscou-se agrupar as seguintes informações: ocorrência do extrativismo, manejo extrativista, conhecimento ecológico,

usos e finalidades e, por fim, se havia a ocorrência de relações comerciais desses recursos.

4.2 PESQUISA DE CAMPO

A escolha da metodologia da pesquisa exploratória deu-se principalmente por possibilitar um alinhamento dos instrumentos teóricos com a realidade que se pretendeu investigar (PIOVESAN, 1995). De acordo com Minayo (1994), a pesquisa exploratória consiste num constante questionamento sobre o objeto e o ambiente de estudo, sequenciando as questões a serem tratadas em campo.

A análise qualitativa foi utilizada como uma ferramenta auxiliadora para mensurar valores, atitudes do público escolhido (MINAYO, 1994), no caso os comerciantes.

Foram utilizados para a análise qualitativa três elementos propostos por Minayo (2012): base teórica, elaboração do material da análise e a harmonização entre a base teórica e as estratégias de campo, para compor a base teórica da pesquisa, observando não somente o objeto, mas também o ambiente que o envolve, pela reflexão, interpretação e diálogo.

Por meio do material que até aqui foi apresentado, buscou-se expor e compreender um problema. De acordo com Minayo (2012) a elaboração do material de análise deve exercer a capacidade de se transmitir o ponto de vista do estudo e a subjetividade que o envolvem, por meio da compreensão seguida de uma interpretação e apropriação, para que seja possível delinear as estratégias de campo.

4.2.1 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS E PESQUISA DE CAMPO

A técnica utilizada no campo foi a entrevista semiestruturada, pois favoreceu a descrição dos fenômenos sociais e permite a explicação e compreensão de sua totalidade e mantém a presença constante e participação do pesquisador na coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987).

De acordo com Goldenberg (2004), para identificação de um tema de forma concisa é necessário realizar um recorte do objeto a ser estudado. No caso, as casas

de produtos naturais onde se comercializam as plantas medicinais nativas do Litoral do Paraná, entre outros produtos.

A coleta de dados de campo foi realizada entre os dias 05 a 18 de dezembro de 2019 nos sete municípios que compõem o Litoral do Paraná: Paranaguá, Matinhos, Guaratuba, Morretes Antonina, Pontal do Paraná e Guaraqueçaba.

As categorias de análise de acordo com Minayo (1994), devem abranger elementos em comum (QUADRO 2) que se relacionam entre si, no presente trabalho foram definidos os seguintes elementos:

QUADRO 2– CATEGORIAS DE PESQUISA

(Continua)

Pesquisa	Campo	Objetivos	Categorias	Instrumento de coleta	Dados	Procedimentos metodológicos
Teórico	Uso dos recursos naturais	Investigar entre os PFNM o potencial das plantas medicinais nativas em contribuir para o DTS no Litoral do Paraná.	PFNM, DTS	Revisão de literatura	FAO (1995), (1999) (2000), (2019); Haesbaert (2003), Vieira (2006), (2013)	Descritivo
			Plantas medicinais nativas	Revisão sistemática	15 estudos (p.45)	Análise descritiva de extração, uso comercialização e manejo de plantas medicinais nativas junto a análise conceitual do potencial de ativação dos recursos específicos
Conceitual	Recursos territoriais	Propor, com base na literatura, possíveis estratégias para possibilitar a ativação dos recursos específicos no Litoral do Paraná.	Conceitos e formas de ativação dos recursos genéricos, específicos e potenciais	Revisão de literatura	Benko e Pecqueur (2001), Pecqueur (2005a), (2005b), (2006a), (2006b), (2009)	Descritivo conceitual
					Denardin (2003), (2009), (2010), (2015)	Descritivo empírico

QUADRO 2- CATEGORIAS DE PESQUISA

(Conclusão)

Pesquisa	Campo	Objetivos	Categorias	Instrumento de coleta	Dados	Procedimentos metodológicos
Empírico	Os municípios do Litoral do Paraná	Analisar o potencial das plantas medicinais nativas não madeiráveis se tornarem um recurso específico ativado no Litoral do Paraná	Uso e venda de plantas medicinais nativas do comércio local	Entrevistas	Transcrição das entrevistas semiestruturadas	Seleção das informações sobre a existência de negociações com os coletores locais
		Investigar a diversidade e procedência das plantas medicinais nativas não madeiráveis comercializadas nas casas de produtos naturais no Litoral do Paraná				Análise do discurso em relação à escolha dos fornecedores e quais requisitos são mais importantes para a aceitação do comércio de plantas medicinais nativas
Pesquisa social	A possibilidade de inclusão dos coletores de plantas medicinais nativas por meio de processo de ativação de um recurso específico	Analisar o potencial das plantas medicinais nativas não madeiráveis se tornarem um recurso específico ativado no Litoral do Paraná	Construção do conhecimento, capacidade de articulação junto a outros atores envolvidos, ações coletivas, racionalidade do uso, treinamentos para a melhoria das práticas	Revisão sistemática e teoria dos recursos específicos	Revisão teórica, conceitos e entrevistas	Análise sobre as potencialidades das plantas medicinais nativas virem a ser um recurso ativado no Litoral do Paraná
			Capacidade de articulação, identidade dos produtos locais, existência de vínculos sociais, sustentabilidade, mobilização coletiva, relações face a face, meios de acesso à inclusão, processo de negociação, que tipos de conhecimentos são valorizados no comércio local	Pesquisa de campo e teoria dos recursos específicos		

FONTE: A autora (2020).

As técnicas utilizadas foram a revisão bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas para a identificação de plantas medicinais nativas não madeiráveis. As plantas nativas também foram aferidas junto ao CPRA (Centro Paranaense de Referência em Agroecologia), Sede Curitiba, em uma entrevista com Simone Ritcher, Engenheira Agrônoma, em abril de 2019.

A entrevista objetivou:

- a) identificar o potencial das plantas medicinais nativas não madeiráveis se tornarem um recurso específico ativado;
- b) investigar a diversidade e procedência das plantas comercializadas; e
- c) pesquisar possíveis estratégias para a ativação.

Para obter a quantidade de registros de comerciantes que concentram parte de suas atividades na venda de plantas medicinais no Litoral do Paraná, foram realizados contatos via telefone com as prefeituras, e se obtiveram os seguintes indicativos preliminares para a realização das entrevistas: Matinhos (6), Guaratuba (2), Paranaguá (8), Pontal do Paraná (5), Morretes (1) e Antonina (2).⁴

De acordo com Hernandez et al. (2013), a amostragem da pesquisa qualitativa deve ser guiada por propósitos que estarão sujeitos a evolução do processo indutivo. Partindo do 3º elemento proposto por Minayo (2012), que implica na integração da literatura e a pesquisa de campo, é formulada a seguinte proposição: Qual caso será pertinente à pesquisa e como esses dados poderão ser encontrados?

Ao todo, 24 casas de produtos naturais foram encontradas no Litoral, e apenas dois gestores não concordaram em participar da pesquisa, devido à indisponibilidade de tempo.

A amostra foi realizada com participantes voluntários, sendo conceituada por Hernandez et al. (2013) como “Amostra diversa” responsável por expor no estudo as diferentes perspectivas do fenômeno estudado por meio da amostragem do comércio e do consumo, documentando as diferenças, coincidências, padrões e particularidades, com o intuito de fornecer para a comunidade rural as informações necessárias para a sua participação nesta sociedade, (QUADRO3):

⁴ O município de Guaraqueçaba não possui casa de produtos naturais.

QUADRO 3– ETAPAS DE ANÁLISE ANTES DA PESQUISA DE CAMPO

Questões abordadas	Objetivo das questões
1. Quais plantas medicinais nativas mais importantes? (Lista conforme a literatura e revisão sistemática):	Identificar se as plantas são incorporadas nos usos particulares dos atores locais, quais mais procuradas
2. Já recebeu alguma proposta de venda de plantas nativas de algum coletor, produtor ou atravessador local? Sim () Como foi sua relação com este ator local? Sim, mas não aceitei (). Por quê? - _____ Não ()	Investigar se ocorrem relações efetivas entre os comerciantes e extratores por meio das plantas nativas ou se existiram tentativas de promover esse vínculo
4. Realizou algum curso sobre plantas medicinais?	Analisar se há indícios de um potencial processo de especificação
5. Qual a importância das plantas medicinais nativas para você?	Investigar se existe uma construção histórica, ou uma importância além do fim comercial
6. Existem fornecedores locais?	Analisar se atores locais estão se apropriando dos recursos territoriais disponíveis
7. Qual a cidade de origem de seus fornecedores de plantas medicinais?	Aferir se existem terceiros se apropriando de um recurso nativo
8. Há quanto tempo compra as plantas medicinais destes fornecedores?	Verificar se existe uma relação de confiança
10. Quais são as maiores dificuldades na compra de plantas medicinais nativas?	Averiguar se existem dificuldades
11. Por que você compra as plantas deste fornecedor?	Identificar os motivos imateriais da compra, o que o comerciante preza em sua relação comercial
12. A compra das plantas medicinais ocorre com que frequência? () Semanalmente () Quinzenalmente () Mensalmente () Outros. _____;	Investigar se a frequência da compra poderia ser um fator complementar para o sustento dos extratores
13. Qual critério de seleção para a escolha dos fornecedores? () Preço () Qualidade () Variedade () Prazo de pagamento () Garantia de entrega () Periodicidade da entrega () Outros. _____.	Identificar quais as prioridades comerciais para o estabelecimento possíveis vínculos entre os atores
14. O que faria você realizar a compra com fornecedores locais?	Observar se existem possibilidades de se estabelecerem essas relações entre os atores
15. Existe diferença de fluxo de venda durante a temporada de veraneio?	Investigar se as plantas medicinais nativas têm atraído interesse de outros atores

FONTE: Adaptado de Hernandez (2013).

5 POTENCIALIDADES DA ATIVAÇÃO DAS PLANTAS MEDICINAIS NATIVAS NO LITORAL DO PARANÁ: CONCEITOS, USOS E COMERCIALIZAÇÃO

Sob a perspectiva de identificar e valorizar a produção dos atores no uso de recursos, no caso da utilização das plantas medicinais nativas, qualquer tentativa de inserção social que não sustente a validação desses recursos, poderá resultar em atividades insipientes, pois de acordo com Pavan (2000), o uso eficaz das propriedades de uma planta medicinal requer a execução e esforços das pesquisas científicas.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (1986) define as plantas de espécies nativas como todos os vegetais que apresentam suas comunidades naturais dentro de determinados limites geográficos, participando e interagindo de forma equilibrada com o ecossistema, porque já estão adaptadas ao clima e solo.

O conceito de plantas nativas é entendido por Moro (2012) como espécies vegetais que são originadas de forma natural em um ambiente, sendo as sementes espalhadas pelo vento, pássaros ou animais, ou seja, são nativas quando se reproduzem espontaneamente, podendo chegar a outras áreas geográficas sem ajuda humana.

Por serem originadas naturalmente em uma região, as plantas medicinais nativas podem também ser consideradas recursos naturais. Para Ternaux e Pecqueur (2008), os recursos naturais são definidos como bens ou heranças encontradas em determinados limites geográficos, que, quando reconhecidos e utilizados pelos atores, são capazes de incorporar sistemas de representação social.

O uso desses recursos dá-se pelo fácil acesso, pois, segundo Pavan (2000), o Brasil possui o maior índice de biodiversidade de plantas medicinais. Os estudos sobre as plantas medicinais abordam desde a cultura popular quanto aos usos até a forma de manejo, utilização de recursos e seus processos de beneficiamento.

Os saberes científicos e populares se complementam, pela descoberta, uso e propriedades hipoteticamente efetivas a saúde, mas a certeza é aferida quando são aplicados os requisitos científicos e legais que devem ser seguidos para que uma planta medicinal seja utilizada; estes são: a pureza e identificação da espécie, provas da sua eficácia, identificação dos princípios ativos e partes da planta que poderão ser utilizados sem riscos contaminantes (DE ALMEIDA, 2003).

Para Lorenzi (2003), a validação das plantas medicinais para o uso seguro envolve diversos ensaios científicos para verificar o grau de toxicidade, seguidas dos estudos químicos, buscando o princípio e isolamento do ativo, por processo de separação monitorado. Na sequência realiza-se o registro da planta, e essa é catalogada para que possa ser comparada com outras.

Além de pesquisas sobre propriedades e princípios ativos, é preciso considerar também a distribuição das plantas na floresta, ou seja, se essa é suficiente para se realizar o extrativismo sustentável, estimar a biomassa para a garantia de que haverá proveito satisfatório de suas propriedades e seus povoamentos florestais na busca pela compreensão do ecossistema que as influencia (PAVAN, 2000).

A ciência responsável por reconhecer a eficácia medicinal das plantas, segundo Almeida (2003), é a etnofarmacologia, que desenvolve e atesta a segurança do consumo de misturas, preparos de xaropes e chás. São estudos que buscam nas plantas medicinais propriedades ativas para os seus objetivos na criação de determinado medicamento.

Após os devidos reconhecimentos legais e clínicos, Lorenzi (2002) e Almeida (2003) corroboram a importância de sequenciar as etapas apropriadas de produção, que são seleção de folhas, cascas, semente, frutos e raízes saudáveis ao processo de secagem.

De acordo com Almeida (2003), após colhidas, as plantas devem ser armazenadas no mesmo dia da coleta, sendo essas limpas e cortadas e postas dentro de sacos plásticos fechados dentro da geladeira, que, conseqüentemente, conserva o frescor e propriedade medicinal, conservando-os no prazo de uma semana, até a secagem.

O processo de secagem para folhas deve ser realizado certa rapidez, observando a qualidade da planta e dispondo de precauções higiênicas, sem deixar a planta em contato direto com o sol nem em ambientes úmidos para que não mofe. É necessário retirar a água do interior da planta, para conservar por mais tempo. A secagem eficiente garante que os princípios aromáticos e medicinais sejam conservados, evitando também o ataque de fungos, podendo ser feita com folhas, flores, frutos, cascas, raízes e tubérculos, devidamente sadias e livres de poeiras, doenças e pragas (LORENZI, 2002; ALMEIDA, 2003).

Entre as formas de preparo das folhas, flores, frutos, cascas, raízes e tubérculos⁵, são reconhecidos os métodos definidos como: aluá, cataplasma, chás, inalação, lambedor ou xarope, maceração, sinapismo e tinturas (LORENZI, 2002, ALMEIDA, 2003).

Após observados os devidos ciclos de conhecimentos que envolvem a produção de plantas medicinais, serão abordados os tipos de potenciais que podem ser desenvolvidos, como estratégias de desenvolvimento sustentável⁶ para os atores locais, no contexto da alternativa do uso de um recurso territorial.

Um dos motivos mais importantes para a conservação das florestas, na opinião de Mendelsohn (1995), é a possibilidade de descobertas das propriedades medicinais das plantas ainda não reconhecidas, visto que, de acordo com o autor, há cerca de 125.000 espécies que ainda não estão claramente definidas e, na maioria dos casos, cada planta possui cinco partes em potencial (raízes, hastes, folhas, flores e frutas) que podem ser trabalhadas de diferentes formas.

Segundo a FAO (2019), a importância do uso das espécies nativas pode se dividir em três funções importantes: a estratégia de desenvolvimento econômico regional, a melhoria das condições de vida da comunidade rural e a conservação da biodiversidade, benefícios que somente podem ser alcançados por meio do uso sustentável dos recursos.

De acordo com a FAO (2019), é necessário valorizar a diversidade das espécies nativas, pois esses recursos naturais correm o risco de serem substituídos pela monocultura. A priorização dos saberes que estão relacionados às espécies nativas existentes nos territórios pode impulsionar mudanças das condições de uso e preservação das plantas nativas.

As plantas medicinais vêm se tornando um alvo promissor e readquirindo importância nas últimas décadas (MARIANTE, 2008). À medida que são apropriadas por grandes indústrias, são vinculadas a processamentos genéricos, que são caracterizados de acordo com Benko e Pecqueur (2001) por ações exógenas e indiferentes a dinâmicas sociais coletivas do território.

⁵ Estas partes das plantas também são conceituadas como Produtos Florestais Não Madeiráveis (PFNM), conforme a FAO (1995).

⁶ O desenvolvimento mencionado no texto refere-se ao social e ambiental.

Mariante (2008) afirma que as indústrias reconhecem o potencial das plantas medicinais e já têm buscado unir o acervo do saber do passado com os conhecimentos tecnológicos. Por essa razão, faz-se necessário o despertar das comunidades locais quanto às possibilidades de apropriação de seus recursos locais para que esses não sejam levados e beneficiados por terceiros.

Coradin (2001), por sua vez, descreve que as plantas medicinais nativas oferecem aos atores locais uma alternativa de se utilizar bens essenciais (alimentos, remédios) para seu uso e produção, sem o costumaz encarecimento, como o que ocorre com produtos externos e genéricos.

5.1 PLANTAS MEDICINAIS NATIVAS DO LITORAL DO PARANÁ: UM RECURSO PROMISSOR?

De acordo com a Agência de Notícias do Paraná, o estado é o maior produtor de plantas medicinais do país, sendo 90% oriundos do cultivo (6 mil hectares) onde são incluídos cerca de 1,8 mil agricultores familiares de diferentes categorias que são beneficiados, sendo o faturamento é sete vezes maior que o cultivo da soja e do milho (PARANÁ, 2016).

Entretanto, apesar do Litoral do Paraná também possuir vasta diversidade desses recursos e estar próximo a regiões como Curitiba, Araucária e Colombo, que são grandes produtoras de plantas medicinais e incluir em suas atividades cerca de 1,8 mil agricultores, não há registros formais de nenhuma produção e beneficiamento das plantas medicinais nativas na região litorânea.

Nos trabalhos de alguns autores como Sonda (2001), Zaniolo (2003) e D'Angelis (2015) há a afirmação de que a comercialização de plantas medicinais nativas ocorre, no entanto não é descrito sobre quais circunstâncias as negociações procedem. Todavia, o silêncio sobre esta questão se dá pela clandestinidade, mas de que forma essas plantas poderiam chegar ao comércio regulamentadas?

Na opinião de Correa (2008) a maior parte da produção brasileira de plantas medicinais se origina do extrativismo, demanda que se eleva e busca cada vez mais diversificar sua produção com espécies nativas e exóticas, tanto para o mercado interno quanto para o externo.

Já Caetano (2003) realizou sua pesquisa na região metropolitana de Curitiba e afirmou que existem quatro modelos de produção vinculados à comercialização de plantas medicinais. O modelo A representa os locais de cultivo subsidiados pela prefeitura municipal, e a força de trabalho utilizada é de pessoas em recuperação de dependências químicas. O modelo B refere-se ao produtor independente e com área própria, com viveiros de mudas, secagem e beneficiamento.

Já o modelo C corresponde a um beneficiador licenciado a comercializar produtos embalados, que trabalha em terra arrendada em parceria com outros produtores, inclusive com espécies originadas do extrativismo, repassando sua produção a distribuidores de São Paulo. Por fim, o modelo D agrupa as empresas privadas que realizam parcerias com produtores, repassando sua produção a distribuidores de São Paulo, nestes casos geralmente não há uma fiscalização eficiente (CAETANO, 2003).

A afirmação sobre comércio clandestino de plantas medicinais nativas do Litoral no Paraná é uma hipótese que ainda precisa ser aferida, no entanto em um outra pesquisa que relaciona o uso e venda da PFNM de categoria ornamental, Negrelle et al. (2012), puderam afirmar que as proporções da estrutura física de produção das bromélias representava menos de 20% da produção comercializada, ou seja, haviam fortes indícios de que o comércio de Curitiba e região metropolitana estavam sendo abastecidos com PFNM oriundos do extrativismo.

O risco de apropriação dos recursos naturais, pela comercialização clandestina, leva a degradação social e ambiental, de um lado, pelas vendas que ocorrem nas negociações assimétricas que não valorizam o trabalho e por outro, a falta de regulamentação e controle sobre os recursos que estão sendo levados, ocasionando a depredação e redução destes estoques naturais.

Observa-se que não somente as plantas medicinais nativas do Litoral do Paraná são um recurso promissor, mas também o conhecimento tradicional, pois na opinião de Rezende (2005) ambos têm se tornado alvos de um mercado crescente e geralmente conservador de uma visão indiferente em relação aos povos das florestas, já que os saberes têm sido adquiridos como um bem sem proprietários, abertos a exploração comercial.

A seguinte seção tem como objetivo apresentar uma revisão sistemática sobre pesquisas relacionadas às plantas medicinais nativas no Litoral do Paraná que já são

comuns ao uso das comunidades rurais. Também serão analisadas as possibilidades de especificação do recurso, pelo uso, extração e comercialização a partir da literatura.

5.2 RECURSO GENÉRICO OU ESPECÍFICO? UMA REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE O USO DAS PLANTAS MEDICINAIS PELAS COMUNIDADES RURAIS DO LITORAL DO PARANÁ

A extração e o uso das plantas medicinais nativas envolvem a cultura, a história e os saberes tradicionais da população rural do Litoral Paranaense. Mas será que esses recursos naturais podem ser uma alternativa de recurso potencial, capaz de trazer algum tipo de fortalecimento do tecido social destas comunidades?

Para responder a essa questão, a presente seção tem por objetivo identificar se as plantas medicinais nativas podem ser uma alternativa de um recurso potencial, buscando, a partir dos trabalhos selecionados na revisão sistemática, averiguar os municípios de ocorrência destes estudos, quais plantas medicinais nativas são mais citadas, para qual finalidade são empregadas e como ocorrem os vínculos desses atores com outras territorialidades.

A pesquisa buscou teses, dissertações e artigos realizados nos últimos 20 anos, na plataforma CAPES e artigos da Scielo, com o intuito de analisar com mais abrangência a tratativa do tema.

As palavras-chave iniciais utilizadas que resultaram em 1.475 trabalhos científicos foram: “prod* não madei*”, “PFNM”, “Plant* Medicin*”, “plant* nativ*”. Devido ao número de informações, foi necessário refinar resultados, especificando e acrescentando palavras mais específicas, tais como: “Lit* Paran*”, “Forest”, “Mata Atlântica”, “Paraná Coastline”, Benzedei*, Curandei* Medicina popular, comunidade rural, Guaratuba OR Matinhos, Morretes, Guaraqueçaba e Antonina.

Em seguida, o critério de seleção foi ampliado para artigos que tratavam sobre plantas medicinais no Litoral do Paraná, resultando em 28 trabalhos (FIGURA 5). A exclusão dos demais trabalhos se deu por se tratar de pesquisas sobre animais ou plantas medicinais de outros Estados ou municípios de outras regiões.

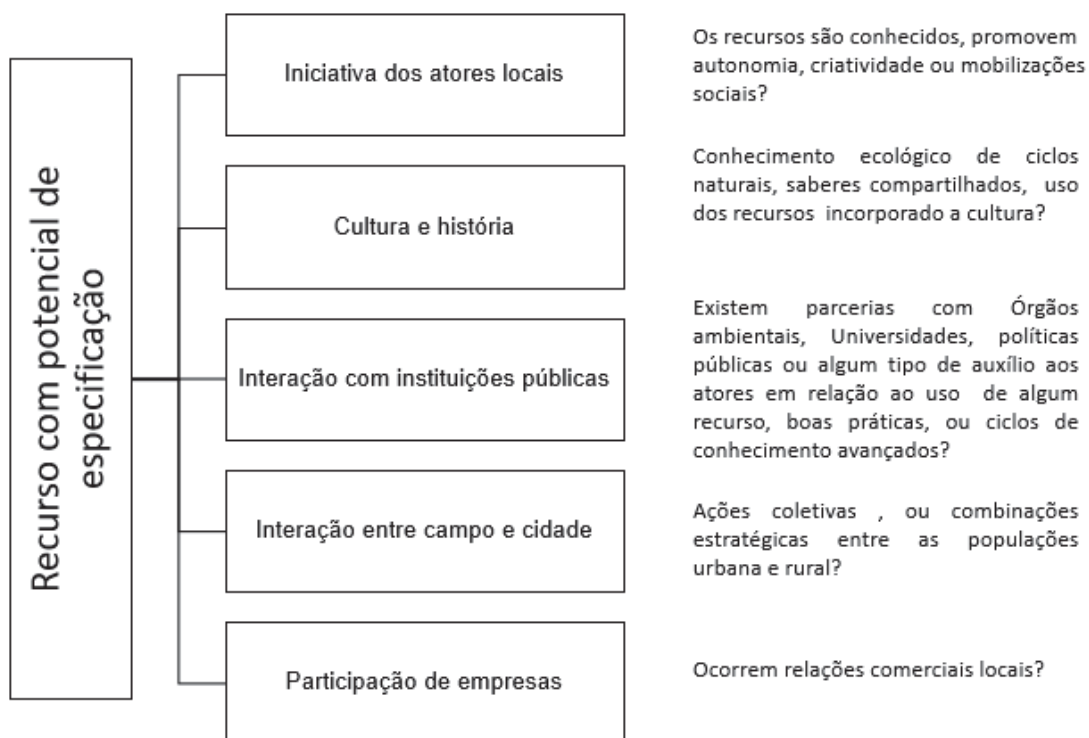
Além dos estudos voltados para as espécies, incluiu-se a temática dos saberes populares vinculados ao uso de plantas medicinais, sendo estes: GERHARDT, 2006; PÉREZ, 2014; MUNIZ, 2016).

Dentre os trabalhos consultados, 15 apresentaram maior aprofundamento em relação às dinâmicas que valorizam o conhecimento sobre uso das plantas medicinais pela população rural, tais como Negrelle (2001), Stridsberg (2001), Zaniolo (2003), Machado (2006), Negrelle (2007), Horinouchi (2013), Costa (2013), Da Silva et al. (2015a), Silva (2015b), D'Angelis (2015), Ferrari (2016), Machado (2017) e Araujo (2018, 2019), Silva et al. (2020).

Os outros 5 dos trabalhos que foram analisados no presente estudo, embora não tivessem as plantas medicinais como objeto de pesquisa, citaram algumas dessas como relevantes: Sonda (2002), Balzon (2006), Ferreira (2010), Da Silva et al. (2015a) e Muniz (2016).

Tendo como objetivo identificar em quais aspectos o uso, a extração, o manejo e a comercialização de plantas medicinais nativas do Litoral do Paraná podem ser classificados como recursos com potencial de especificação, foram seguidos os seguintes critérios de análise (FIGURA 6):

FIGURA 6– CRITÉRIOS DE ANÁLISE DOS RECURSOS POTENCIAIS



FONTE: Adaptada de Benko e Pecqueur (2001) e Pecqueur (2005a; 2006).

Após identificar o uso das plantas, investigou-se de que forma os autores se posicionaram em relação ao extrativismo e manejo realizado pelas comunidades rurais, se havia algum tipo de conhecimento ecológico relacionado as formas de coletas e quais alternativas foram citadas como mais importantes para desenvolvimento destas atividades. Por fim, buscou-se identificar como ocorriam as relações comerciais de plantas medicinais nativas oriundas do extrativismo.

A maior parte dos estudos referentes às plantas medicinais nativas do Litoral do Paraná ou da importância dessas para as comunidades se concentrou em Guaratuba (11), em sequência Guaraqueçaba (6), seguida de Antonina (3), Morretes (4), Região litorânea (2), Matinhos (1) e Paranaguá (1).

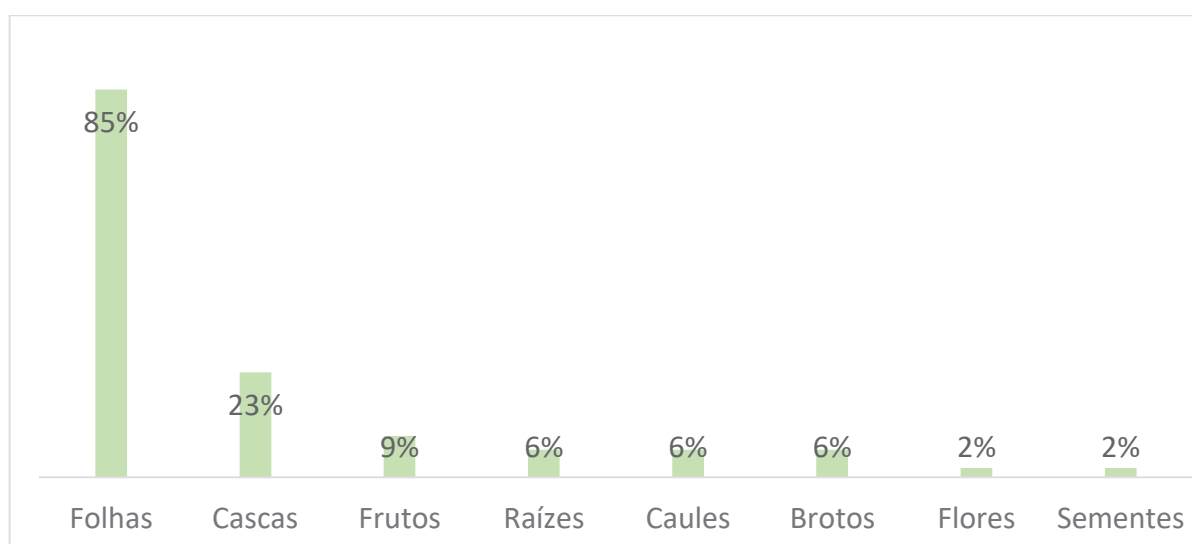
Os trabalhos realizados no Município de Guaratuba referem-se às comunidades de São Joãozinho, Descoberto, Rio Cedro, Empanturrado, Riozinho (BALZON, 2006; FERREIRA, 2010), Região do Parque Florestal Saint Hilaire Lange (ARAÚJO, 2018, 2019), comunidades de Limeira, Ribeirão Grande (NEGRELLE, 2007), Rasgadinho (SONDA, 2002), Coroados (CUNICO, 2004 e 2006; SILVA, 2015b) e Parati (MACHADO, 2017).

Já as pesquisas ocorridas no Município de Guaraqueçaba mencionam as comunidades do Parque Nacional do Superagui, Barra do Ararapira (NEGRELLE, 2014; D'ANGELIS, 2015), Superagui (PEREZ et al. 2014), Rio Verde e Batuva, localidades que apresentam comunidades remanescente Quilombola (MUNIZ, 2016).

Os estudos ocorridos na cidade de Matinhos tiveram registros na Região do Parque Florestal Saint Hilaire (ARAÚJO, 2019) e na Área rural de Matinhos, conhecida como a antiga terra habitada pelos Carijós (DA SILVA et al. 2015a). Por fim, em Antonina, as pesquisas foram realizadas junto às comunidades que localizadas nos entornos da Reserva Natural do Rio Cachoeira (HORINOUCI, 2013; NERY, 2014), Sociedade de Proteção a Vida Selvagem (NEGRELLE, 2001) e área rural de Antonina.⁷

Um total de 9 plantas medicinais nativas⁸ não madeiráveis obtidas pela extração foram identificadas como mais recorrentes nos 15 estudos. 10 dos trabalhos, afirmaram que a finalidade dessa coleta para uso medicinal e 5 para uso comercial. Em relação à parte da planta mais utilizada, os autores relataram as folhas, enquanto a coleta das flores e sementes foi apresentada como quase nula, conforme o GRÁFICO 1.

GRÁFICO 1– PARTES MAIS UTILIZADAS DAS PLANTAS SEGUNDO OS ESTUDOS REALIZADOS NO LITORAL DO PARANÁ



⁷ Os estudos de Machado (2006), Silva et al. (2020) referem-se ao município de Morretes e Guaraqueçaba e Gerhardt (2006) Paranaguá, mas não mencionam a região das comunidades rurais.

⁸ Os estudos citaram centenas de espécies de plantas medicinais, no entanto o critério de escolha delimitou as plantas medicinais nativas, ditas como mais utilizadas e comercializadas pelas comunidades rurais.

FONTE: A autora (2020).

Dos 28 estudos analisados, obteve-se um resultado diversificado, sendo as plantas medicinais mais citadas chapéu-de-couro (9) (*Echinodorus macrophyllus*), milome (9) (*Aristolochia triangularis* Cham.), tanchagem (7) (*Pantago Australis*), guaco (7) (*Mikania glomerata*), carqueja (4) (*Baccharis trimera*), chá-de-bugre (5) (*Hedyosmum brasiliense* Mart), ambrosioides), cataia (5) (*Pimenta pseudocaryophyllus*),⁹ e erva-de-santa-maria (4) (*Chenopodium*. (FIGURA 7):

FIGURA 7– PLANTAS MEDICINAIS NATIVAS DO LITORAL DO PARANÁ



FONTE: A autora (2020)

⁹ Os nomes comuns e científicos nesta dissertação foram aferidos pela revisão sistemática e posteriormente confirmados junto aos comerciantes entrevistados nos comércios locais.

Com exceção do guaco e cataia¹⁰, as plantas medicinais nativas também apresentaram variáveis finalidades de uso, dependendo da localidade em que se encontravam as comunidades no Litoral do Paraná (QUADRO 4):

¹⁰ Todos os estudos que se referiram ao guaco (NEGRELLE, 2007; DA SILVA, 2015; MUNIZ, 2016; MACHADO, 2017; ARAUJO, 2018) afirmaram que esse é utilizado somente para o tratamento de gripes e tosse, bronquite e pneumonia, enquanto a cataia, de acordo com Negrelle (2014) D'Angelis (2015) e Ferrari (2016), para problemas estomacais e diuréticos.

QUADRO 4 – FORMAS DE USO DAS PLANTAS MEDICINAIS NATIVAS

(Continua)

Plantas nativas extraídas	Propriedade medicinal	Uso	Autor
Chapéu-de-couro <i>Echinodorus macrophyllus</i>	Tratamento de dores nas pernas e problemas ósseos	Chás e emplastos	Muniz (2016) e Da Silva et al. (2015a)
	Reumatismo e infecção	Esfregações e chá	Silva et al. (2020)
	Diurética, doenças de pele, depurativo, tratamento para sífilis e reumatismo	chás	Machado (2017)
	Dor nas juntas, tratamento de problemas digestivos, diuréticos e analgésicos	Esfregação de uma mistura de folhas e álcool	Araujo (2018)
	Trato digestivo, antipasmódico, diurético, analgésico, antidiarrético, hipoglicemiante	Garrafadas	Negrelle, (2007)
Milome <i>Aristolochia triangularis</i>	Dores estomacais	Chás	Da Silva et al. (2015b)
	Tratamento de picada de cobra, sendo atribuído também a este cipó, poderes místicos de “fechar o corpo dos males” por meio de uma bebida chamada “amargo”, oriunda de cultura quilombola	Bebidas, emplastos e chás	Muniz, (2016), Machado (2017)
	Tratamento de inflamações e dores reumáticas.	Chás e garrafadas	Nery (2014); Araujo (2018); Silva et al. (2020)
	Antibiótico, anti-inflamatório, depurativo emoliente	Chás	Negrelle (2007)
	Cura de inflamações na bexiga	Chás	Da Silva et al. (2015a)
Tanchagem <i>Pantago Australis</i>		Chás	Araújo (2018)
	Tratamento de dor de estômago, gases e câncer	Chás e saladas cruas	Machado (2017), Silva et al. (2020)

QUADRO 4 – FORMAS DE USO DAS PLANTAS MEDICINAIS NATIVAS

Plantas nativas extraídas	Propriedade medicinal	Uso	Autor	(Conclusão)
Guaco (<i>Mikania Glomerata</i>)	Tratamento de gripes e tosse, bronquite e pneumonia, antissépticos, expectorante	Mistura da folha com mel, pela confecção de xaropes, infusão	Negrelle (2001), Negrelle (2007)	
			Da Silva et al. (2015a), Silva et al. (2020)	
			Muniz (2016)	
			Machado (2017)	
Carqueja (<i>Baccharis Trimeria</i>)	Tratamento de doenças digestivas, diurético, antirreumático, doenças nos rins	Chás	Negrelle (2001), (2007)	
		Chás	Muniz (2016)	
		Chás	Zaniolo (2003)	
		Chás e maceração das folhas com álcool	Machado (2017)	
Chá de bugre (<i>Baccharis Hedyosmum Brasilense</i>)	Enxaquecas, doenças nos ovários, frieiras e reumatismos	Chás	Araújo (2018), (2019)	
		Chás e maceração das folhas com álcool	Silva et al. (2020)	
		Chás	Negrelle (2007)	
		Chás	Da Silva et al. (2015a)	
Santa maria (<i>Chenopodium Ambrosoides</i>)	Vermífugo, analgésico, digestivo, doenças respiratórias, rasgaduras, torções	Chás e aquecimento das folhas no álcool	Muniz (2016)	
		Chás	Negrelle (2014)	
		Chás	D' Angelis (2015)	
		Chás	Ferrari (2016)	
Cataia (<i>Pimenta Pseudocaryophyllus</i>)	Gripes e problemas estomacais, diurético	Chás	Silva et al. (2020)	
		Chás	Negrelle (2014)	
		Chás	D' Angelis (2015)	
		Chás	Ferrari (2016)	
Gelouzinho (<i>Polygala Luteole</i>)	Dores musculares ou machucados	Chás	Silva et al. (2020)	
		Chás	Sonda (2002)	
		Chás	Balzon (2006)	
		Chás, maceração do talo	Machado (2017)	
		Chás, maceração do talo	Araújo (2019)	
		Chás ou maceração do talo	Silva et al. (2020)	

FONTE: A autora (2020).

Além do uso popular, diversos trabalhos estudaram as possibilidades de avanços em alguma segmentação relacionada ao desenvolvimento sustentável do uso das plantas medicinais nativas no Litoral do Paraná, (QUADRO 5):

QUADRO 5- FINALIDADE ATRIBUÍDA AO ESTUDO DE PROPRIEDADES MEDICINAIS DAS PLANTAS

Finalidade atribuída as plantas medicinais nativas também utilizadas na medicina popular do Litoral do Paraná	Autores
Identificação novos agentes antimicrobianos	Cunico (2004), (2006)
Valorização da espécie, para uso de bioinseticidas	Silva (2015a)
Análise sobre o potencial imunológico da espécie	Machado (2006)
Estudo sobre alternativas de cultivo para a preservação da espécie	Negrelle (2001)
Estudo sobre propagação de espécies em áreas degradadas na região	Nery (2014)
Extração de óleo para alternativa de desenvolvimento socioeconômico	Costa (2013), Silva et al. (2020)
Estudos etnobotânicos para a valorização do saber popular	Negrelle (2007), Machado (2016) Araújo (2018), (2019), Silva et al. (2020)
Potencial de comercialização para autonomia	Negrelle (2001), Sonda (2001), Balzon (2006), Ferreira (2010), D' Angelis (2015), Silva et al. (2020)

Fonte: Autora (2020).

Além disso, 15 autores afirmam reconhecer a importância de valorizar e resgatar a identidade e patrimônio da população rural vinculada ao uso de plantas medicinais, visto que os saberes ecológicos e etnobotânicos são muito importantes para o avanço de estudos e pesquisas dessa categoria.

5.2 Manejo e extrativismo: caracterização e apontamentos

De acordo com Ferreira (2010), o extrativismo realizado pelas populações rurais consiste na retirada de recursos naturais de áreas de florestas do Litoral do Paraná, sendo essa ação praticada por necessidade e como fonte de subsistência.

Apesar da importância que a coleta de recursos naturais tem para diversas famílias, a atividade ainda não foi regulamentada nem reconhecida pelo Estado.

Balzon (2006) e Silva et al. (2020) corroboram que mesmo não legalizada, a extração é parte da cultura das comunidades rurais, sendo necessário articular a regulamentação, a partir da atividade que já tem sido realizada, ao menos de forma provisória, enquanto não se estruturam planos de manejo.

Para Negrelle (2001) o extrativismo e o manejo estão interligados ao trabalho das populações rurais, mas levam recursos à depredação, pois nessa realidade, não se tem estimativas sobre o nível de apropriação que terceiros estão exercendo sobre as espécies, nesse sentido, a única possibilidade de resposta a extração que declina os estoques naturais é o cultivo.

Sonda (2002) corrobora o que foi dito por Negrelle (2001) e afirma que as atividades extrativistas ocorrem sem nenhum controle dos recursos, e não há qualquer tipo de fomento capaz de incentivar o aprimoramento de práticas apropriadas. No entanto, na opinião da autora, existem coletores que, dentro de suas possibilidades, estabeleceram formas de manter suas coletas as mais sustentáveis possíveis, utilizando somente o que precisam, ou revezando a área de retirada dos recursos.

Nesse sentido Machado (2017) afirma que a elaboração de planos de manejo regulamentados, poderiam incorporar em sua estrutura a cultura e os hábitos ecológicos já praticados pelas populações rurais, para assim integrar as territorialidades dos órgãos ambientais e os atores que fazem o uso dos recursos.

Numa perspectiva menos otimista, Stridsberg (2001) afirma que a extração estimula o mau uso dos recursos naturais, visto que, se esses são de fato essenciais, se forem configurados como centro de uma atividade permanente, é preciso promover a domesticação da espécie; caso contrário, ocorrerá a exaustão e perda dos recursos naturais.

No entanto, Silva et al. (2020) afirma que as populações rurais não necessariamente fazem mal uso dos recursos, mas corrobora que o extrativismo amplia a vulnerabilidade da natureza, já que à medida que os potenciais farmacológicos dessas plantas se evidenciam em pesquisas, os riscos de extração em larga escala avançam, por isso, é preciso substituir as ações extrativistas por alternativas que realmente conciliem trabalho, renda e conservação.

Os estudos que foram realizados por Sonda (2002), Pedroso (2005), Balzon (2006) Pellegrini (2006), Ferreira (2010) e Perez et al. (2014), que as comunidades possuem suas atividades subsistenciais constantemente restringidas pelos órgãos regulamentadores, pois ainda não foram desenvolvidos planos de manejo ou procedimentos provisórios capazes de mensurar limites de extração de recursos seguros para a manutenção das espécies utilizadas.

A partir das afirmações anteriores, observa-se que a regulamentação das atividades com plantas medicinais nativas é relevante em diversos contextos, seja como uma alternativa de desenvolvimento da região, para o avanço de pesquisas, para a descoberta de novos remédios e principalmente como uma possibilidade de valorizar as pessoas que possuem uma relação de proximidade com a natureza, vinculando o uso com a preservação.

No entanto, à medida que as lacunas da regulamentação são relatadas, trazem a reflexão de que planos de fomento não existem, ou se existem, não estão sendo materializados e tampouco incentivados. Mas a qual territorialidade deveria ser atribuído esse papel da regulamentação? E o que se tem feito por esses órgãos institucionais?

De acordo com Ferreira (2010), o órgão responsável por desenvolver e implantar planos de manejo no Litoral do Paraná é a Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas do IAP. Segundo a autora, além da preservação dos recursos naturais, um plano de manejo deve incluir a participação de comunidades caiçaras, de tal forma que promova preservação e manutenção coletiva, harmonizada com processos legais e reguladores.

Além do mais, o autor afirma que há questões historicamente complexas nessas regiões, tais como os conflitos fundiários, a clandestinidade da coleta e a venda dos recursos naturais que dificultam iniciativas para a regulamentação dessas atividades (BALZON, 2006).

A proporção que uma construção de plano de manejo poderia tomar é demasiadamente extensa, pois nas opiniões de Sonda (2002), Balzon (2006), Ferreira (2010), seria necessário, por exemplo, dispor de elevado recurso financeiro, vincular o trabalho e pesquisa de diversos profissionais e áreas de conhecimento distintas, as populações rurais, com um desempenho de atribuições definidos, que exigiriam comprometimento e anos de trabalho interdisciplinar, para assim abarcar toda a

análise sobre a utilização dos recursos com propriedade, sem especulações de níveis e estados de conservação.

Nesse sentido, de acordo com Ferreira (2010), a falta de investimento em demanda técnica também é um fator que inibe a possibilidade de elaboração de planos de manejo, pois, contrariando a necessidade de se pensar na preservação da floresta e também da população que vive e depende dessa para manter sua subsistência, os investimentos feitos na APA do Litoral do Paraná são direcionados para a fiscalização, sendo estas decisões de comando, regidas pelo Estado em parceria com Instituições internacionais, pautadas numa racionalidade instrumental e punitiva.

Perez et al. (2014) por sua vez afirma que a forma em que a racionalidade punitiva atua no território, priva as alternativas de desenvolvimento como um todo, a medida em que não se fomenta com propriedade as formas de reprodução social das populações rurais e sua qualidade de vida, tornando-se dessa forma ineficiente e incompatível com a realidade da região.

As consequências de tal incompatibilidade também foram evidenciadas nos estudos de Pedroso (2005), visto que quando parte da população rural caíra se viu proibida de extrair os recursos da floresta e aderiu a restrição, a parte complementar de suas atividades de coleta de recursos para a subsistência foi perdida, fazendo com que as pessoas buscassem compensar seus danos financeiros com a ampliação de outra atividade, como a pesca, o que contribuiu para o declínio da população de peixes.

Além do mais, Pellegrini (2006) afirma que persistir na exclusão das populações rurais que estão nos entornos da floresta, prejudica a natureza, pois apesar do êxodo rural, parte desses permanecem em seus locais de origem, e insistir numa racionalidade unilateral de preservação que ignora os atores envolvidos, não resolverá o problema de redução das espécies.

O desafio para ultrapassar essas adversidades, na opinião de Balzon (2006), consiste em reorganizar as atividades de extração, para que sejam reduzidos os impactos ambientais e analisar de forma profunda a composição e estrutura da vegetação a ser preservada, para harmonizar a coleta e a manutenção dos recursos.

Já para Silva et al. (2020) os caminhos do desenvolvimento sustentável poderiam estar ancorados na valorização simbólica que o manejo realizado pela

população rural já possui, por meio da delimitação de uma área própria, para finalidades extrativistas, onde se fomentaria o estímulo de cuidado ao “bem coletivo”, a partir de normas criadas na própria comunidade, que definissem a inclusão e exclusão de usuários.

Silva et al. (2019) por sua vez, afirma que uma alternativa para a preservação das espécies e das populações rurais que fazem o uso de plantas medicinais nativas, seria a atividade de reflorestamento de árvores com potencial medicinal, pois além das oportunidades de trabalho e renda, poderiam ser conciliados os objetivos de preservação, em relação inibição da extração das arvores, já que se faria a coleta dos recursos medicinais.

Por fim, Ferreira (2010) menciona que as florestas sempre foram manejadas pelas comunidades que vivem em seus entornos, onde ocorreu uma experimentação de longo prazo, sendo uma alternativa de fomento para as produções extrativistas, se forem trabalhados os saberes ecológicos com mais propriedade.

5.2.1 Comercialização de plantas medicinais nativas oriundas do extrativismo

Nesta seção, buscou-se analisar sob o ponto de vista dos autores Stridsberg (2001), Negrelle (2001), Zaniolo (2003), Gerhardt (2006), Ferreira (2010), D'Angelis (2015) Silva et al. (2020), se ocorriam relações comerciais das plantas medicinais nativas oriundas do extrativismo do Litoral do Paraná.

De acordo com Negrelle (2001) e Silva et al. (2020) as plantas medicinais do Litoral do Paraná possuem um extenso potencial para a produção de medicamentos, sendo a estas atribuídas um alto valor comercial, se forem trabalhados os devidos aprimoramentos.

A venda das plantas medicinais nativas, na opinião de Stridsberg (2001) e Zaniolo (2003), vem ocorrendo sem controle de procedência por diversos motivos, sendo o principal deles a falta das práticas apropriadas no processo de secagem, preparação para a venda e a mistura das folhas de diferentes espécies, dificultando o reconhecimento do que se pretende vender, com o que está sendo vendido.

D'Angelis (2015) corrobora a opinião dos autores, pois em seu estudo relata a ocorrência desse mesmo problema, o da mistura de folhas, que, conseqüentemente, também altera o valor medicinal da planta, dificultando a confiabilidade dos produtos.

Além do mais, a autora afirma que há uma dificuldade de comercialização pelo insuficiente capital humano produtivo, assim como existe a necessidade de treinamento sobre o manuseio apropriado, para que essas atividades evoluam de forma qualitativa e sustentável.

Silva et al. (2020) corrobora as afirmações anteriores e afirma que a comercialização realizada nas comunidades não abrange o potencial que de fato as plantas medicinais possuem, já que a devida regulamentação e a elaboração dos cultivos, ocasionaria em trabalho e renda de bens mais valorizados e reconhecidos.

Outro ponto importante a ser analisado, na opinião dos autores, é o comércio injusto, visto que, na opinião de Stridsberg (2001), a não regulamentação das atividades extrativistas abre margens para a vulnerabilidade das comunidades rurais que têm como a comercialização desses produtos sua fonte de sustento e subsistência.

A regulamentação é importante porque permite a inclusão da comercialização de produtos no comércio local de forma legítima, inibindo ações clandestinas e sem controle que ocorrem no comércio extrativista. Um exemplo disso é a presença de intermediários que adquirem os produtos e definem o preço a ser pago, consequentemente explorando o trabalho e tempo que é dedicado às atividades das famílias coletoras (FERREIRA, 2010).

Ainda de acordo com Ferreira (2010), aparentemente a regulamentação do comércio, venda e manuseio apropriado dos produtos são um desafio distante, visto que implicam em tempo e investimento do Estado, que ainda não foi capaz de prover melhorias das condições das comunidades rurais, que no caso consistiriam ao menos num treinamento sobre práticas de preservação dos recursos, para a produção e atividades de comércio.

No entanto, existem relatos de que algumas atividades comerciais oriundas de ações coletivas com plantas medicinais nativas foram capazes de promover o fortalecimento do tecido social (STRIDSBERG, 2001, D'ANGELIS, 2015).

Segundo D'Angelis (2015), houve uma iniciativa de uma comunidade na Barra do Arapira¹¹ em criar uma associação organizada por um grupo de mulheres coletoras, a mobilização coletiva fez que essas pessoas solicitassem o auxílio à

¹¹ Comunidade localizada no município de Guaraqueçaba.

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), que passou a fornecer o apoio institucional para a efetivação da cooperativa e também treinamentos de coleta, produção e comercialização do produto, que consistia no desidratação e empacotamento das folhas e saborização de bebidas. A associação foi formalizada em 2012, com o apoio do IBAMA (Serviço Florestal Brasileiro), obtendo, assim, um CNPJ. As mulheres coletoras de Cataia conseguiram estabelecer uma conexão direta com o comércio local e fazer uma parceria com a UFPR para a confecção de embalagens (D'ANGELIS, 2015).

No estudo de Stridsberg (2001), foi realizada uma projeção sobre o uso de recursos medicinais, onde, em uma propriedade rural de Antonina, a utilização e venda de cascas, folhas e óleos da guaçatunga, guanandi, jequitibá, maçaranduba, pata-de-vaca e sassafrás, seriam capazes de proporcionar uma renda mais promissora do que o comércio da própria madeira, resultando num acréscimo de 62% na renda anual de uma família.

Outro cenário presente no território, é o crescimento populacional urbano elevado, o qual as estruturas de saúde presentes, não conseguem abarcar a demanda de atendimento, devido à falta de investimento, fazendo com que as populações urbanas mais vulneráveis, recorram a remédios e plantas medicinais em comunidades rurais da região (GERHARDT, 2006).

Não se pretende neste trabalho estimular a substituição dos remédios convencionais pelo uso de plantas medicinais, mas a ocorrência de situações como essas poderiam ser fomentadas como oportunidades de vincular relações de proximidade entre as populações urbanas e rurais, por meio de troca de conhecimentos e tratamentos preventivos, com o devido conhecimento de práticas apropriadas.

Os demais trabalhos que citaram plantas medicinais nativas com a finalidade comercial, como os de Sonda (2001) milome, chapéu-de-couro, gelouzinho, pata-de-vaca, carqueja, guaco, Negrelle (2001) guaco, Zaniolo (2003) chá-de-bugre e Silva et al. (2020), cataia não especificavam como ocorriam as interações comerciais desses recursos, porém evidenciavam o potencial das plantas para a melhoria de vida das comunidades rurais.

5.2.2 Síntese Conclusiva da seção

A produção dos extratores de plantas medicinais nativas construiu um conhecimento específico sobre os recursos e essa atividade os aproxima do território.

Tal conhecimento desperta o interesse de outras territorialidades, como pesquisadores, indústrias farmacêuticas, atravessadores e sociedade urbana em situações de vulnerabilidade. Existe, portanto, uma identidade reconhecida.

As comunidades rurais que utilizam plantas medicinais nativas têm compartilhado seus saberes e contribuído com pesquisas nos últimos 20 anos. Os pesquisadores vêm construindo um vínculo com esses atores, seja no sentido de valorizar os saberes da cultura, identificar um novo ativo medicinal, incentivar o cultivo de espécies para que não sejam extintos, ou sobre questões econômicas e sociais que envolvem a comunidade e o uso de recursos medicinais.

No intuito de fomentar a ativação específicas desses recursos e reestabelecer possíveis caminhos ao desenvolvimento sustentável, considerou-se: o reflorestamento de áreas degradadas com árvores de potencial medicinal, poderiam ser uma alternativa para a população rural extrativista de recursos medicinais, pois desta forma poderiam realizar o manejo e auxiliar na proteção dos recursos, inibindo assim a extração da madeira em áreas de conservação (SILVA, 2019).

Além disso, os objetivos das áreas de preservação poderiam ser integrados com a valorização simbólica que os recursos medicinais possuem para as comunidades, como foi evidenciado por Silva et al. (2020) sobre a possibilidade de delimitar uma área para finalidades extrativistas comunitárias, com o intuito de estimular o cuidado do “bem coletivo”, ao menos enquanto os planos de manejo oficiais, ou alternativas de cultivo não são fomentadas.

Apesar das restrições dos órgãos ambientais, foram identificados avanços coletivos nas práticas dos coletores. Os estudos de Stridsberg (2001) e D’Angelis (2015), evidenciaram caminhos de desenvolvimento possíveis para as atividades que envolvem o uso de plantas medicinais nativas.

No primeiro caso, Stridsberg (2001) afirma, em sua pesquisa de projeção de viabilidade, que o cultivo de plantas medicinais nativas pode elevar a renda de pequenos produtores em 62%. Enquanto no segundo caso, D’ Angelis (2015) afirma que a organização coletiva de mulheres extratoras em Guaraqueçaba, na Barra do

Ararapira, foi capaz de formar uma associação e acessar o apoio de órgãos institucionais como a EMATER, o IBAMA e a UFPR, possibilitando à comunidade, a oportunidade de ativar seu papel social na sociedade com mais autonomia.

Nesse último caso, a organização coletiva integra a identidade e uso do recurso, e pode ser um dos caminhos potenciais para a ativação específica de recursos, conforme Pecqueur e Zimmermann (2005). Além disso, a capacidade de mobilização para a resolução de um problema inédito e a busca pelo estabelecimento de vínculos com outras territorialidades ancoradas na cultura e identidade, são consideradas ações importantes para os avanços da especificação de recursos.

Em relação a algumas plantas utilizadas para fins comerciais, observa-se que ainda é necessário um maior aprofundamento sobre como se dão essas interações, visto que a venda do milome, chapéu-de-couro, gelouzinho, pata-de-vaca, carqueja, guaco (SONDA, 2001) e chá-de-bugre (ZANIOLO, 2003) ocorre, mas ainda não foram especificadas as dinâmicas de produção dos PFNM que envolvem essas atividades, desde a coleta da floresta até a venda aos comércios locais.

Quanto ao conhecimento ecológico e extrativismo, conclui-se, a partir das afirmações dos autores, que são necessários novos estudos, visto que as adaptações do manejo de extração já realizados pelas comunidades rurais não se configuram como capazes de garantir de forma cientificamente comprovada a conservação dos recursos naturais.

As comunidades rurais por si só não são capazes de elaborar planos de manejo e extrativismo regulamentado para o acesso ao uso dos PFNM, por isso necessitam de assistência, que deveria ocorrer junto à gestão das APAs que não têm exercido sua territorialidade no âmbito de integração, apesar de serem conhecedoras dos meios legais necessários.

Por fim, concluiu-se que as comunidades rurais precisam de auxílio, visto que sua necessidade de usar recursos naturais é inevitável. A atividade de extração está enraizada em sua forma de vida por décadas. Sendo assim, percebe-se uma necessidade de analisar como a produção de plantas medicinais nativas realizadas pelas comunidades poderia ser incluída e reconhecida no Litoral do Paraná, de maneira justa e regulamentada, bem como quais requisitos precisam ser incorporados em suas práticas.

6 POTENCIAIS DE ATIVAÇÃO DAS PLANTAS MEDICINAIS NATIVAS NO COMÉRCIO LOCAL COMO RECURSO ESPECÍFICO

A potencialidade de ativação de um recurso específico não pode ser definida apenas pelos fins comerciais, devendo também serem analisadas outras condições que os envolvem a reprodução das atividades e quais efeitos pode ocasionar para uma sociedade (BENKO; PECQUEUR, 2001). Sendo assim, a seção objetiva apresentar as informações obtidas nos comércios e como essas podem se tornar relevantes para os coletores de plantas medicinais do Litoral do Paraná.

Os comércios locais que vendem plantas medicinais são denominados de “casas de produtos naturais”. Ao todo, localizaram-se 24 desses estabelecimentos no Litoral do Paraná, sendo entrevistados 22 (dois em Antonina, um em Morretes, oito em Paranaguá, cinco em Pontal do Paraná, quatro em Matinhos e dois em Guaratuba). Houve uma indisponibilidade de dois entrevistados localizados no município de Matinhos.

Os dados socioeconômicos dos entrevistados apontaram que a idade média dos varejistas é de 43 anos, tendo o mais jovem 19 anos e o mais velho 70 anos. 65% são do gênero masculino, a maioria (60%) é casada e possui a escolaridade em nível de Ensino Médio (65%).

A construção da territorialidade que envolve os comerciantes de plantas medicinais nativas se dá em maior parte pela oralidade (64%), originada dos relatos e experiências dos clientes em relação à eficácia dos chás, seguida da Internet (59%) e livros (41%). A oralidade dos saberes tem sido compartilhada por cerca de 10 anos (sob a média de 22 comércios), tendo o estabelecimento mais recente um mês e o mais antigo 30 anos.

A troca de informações estabelece uma relação de confiança entre comerciante e consumidor, sendo essa confiança construída conforme são compartilhadas suas experiências a respeito de quais plantas medicinais foram ou não eficientes em suas demandas. Tanto que 82% dos entrevistados afirmam orientar o consumo apropriado das plantas em relação aos efeitos colaterais, efetividade dos chás ou formas de preparo e afirmam que os consumidores não buscam apenas consumir as plantas, mas também, na maior parte dos casos, ouvir os saberes que os comerciantes transmitem pela oralidade.

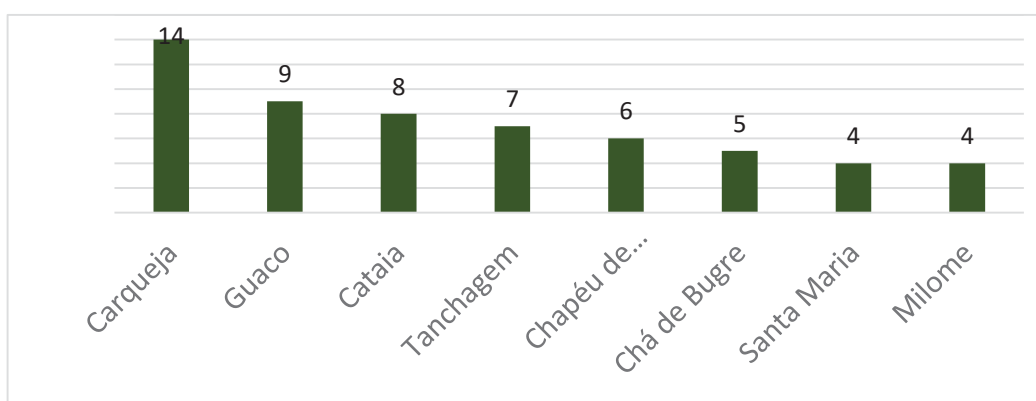
De acordo com os entrevistados, os consumidores locais são maioria (80%), e, para eles o fluxo de turistas em épocas de veraneio é praticamente indiferente à sobrevivência de seus estabelecimentos. Outro ponto a ser destacado é que cerca de 64% desses consumidores procuram ou perguntam por produtos locais do Litoral do Paraná.

Para identificar quais plantas medicinais nativas eram utilizadas no comércio local, foram feitas consultas junto à literatura especializada, em que foram selecionadas teses, dissertações e artigos sobre plantas medicinais nativas, e, a partir desses trabalhos, foi confeccionada uma lista, com as plantas mais citadas (ver QUADRO 5 e 6, p.63-64).

Quando a lista de plantas medicinais nativas foi apresentada aos comerciantes, constatou-se que 89% das plantas eram comuns ao uso dos consumidores locais. Sendo assim, é possível afirmar que existia um número relevante de plantas medicinais nativas comercializadas nas lojas, que coincide com as utilizadas e conhecidas pelas comunidades rurais.

Entre as plantas medicinais nativas ditas como mais procuradas pelos consumidores nos estabelecimentos visitados, destacaram-se a carqueja (14), o guaco (9) a cataia (8), tanchagem (7), seguidas das demais plantas, como chapéu-de-couro (6), o chá-de-bugre (5), a erva-de-santa-maria (4) e o milome (4), conforme o GRÁFICO 2:

GRÁFICO 2 – A PROCURA DOS COMPRADORES DE ACORDO COM A OPINIÃO DOS VAREJISTAS DO LITORAL DO PARANÁ¹²



FONTE: A autora (2020).

¹² Não houve intenção dos entrevistados em informar valores quantitativos sobre suas aquisições e tampouco o trabalho teve objetivo de mensurar valores.

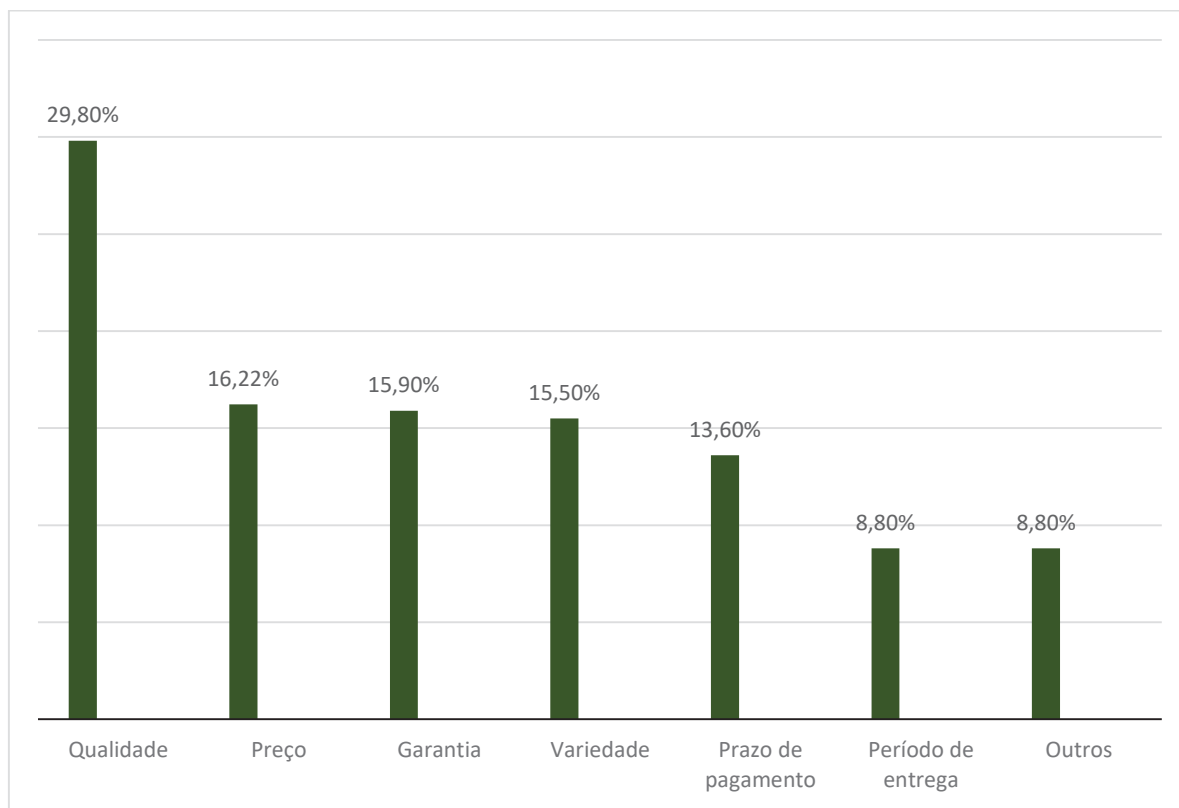
Quando questionada a importância das plantas medicinais nativas para os comerciantes locais, as opiniões surgiram de formas diversificadas, sendo as mais recorrentes: 1º Destaque primordial a saúde (45%), no sentido de que essas deveriam ser ainda mais utilizadas, por apresentarem uma redução de efeitos colaterais e proporcionar qualidade de vida as pessoas; 2º como uma alternativa eficaz (31%), em relação aos inúmeros casos nos quais se foi presenciada a cura; e 3º tendência futura (18%) devido ao constante aumento do uso de fitoterápicos enquanto 6% dos entrevistados não souberam responder.

As entrevistas demonstraram que as casas de produtos naturais do Litoral do Paraná apresentam uma base coletiva de conhecimento sobre as plantas medicinais. A próxima seção buscará analisar como se dá a procedência das plantas medicinais nesses canais de comercialização locais.

6.1 PROCEDÊNCIA DAS PLANTAS MEDICINAIS: NECESSIDADE DE UM CONHECIMENTO MAIS ESPECIFICADO

Em relação aos motivos (GRÁFICO 3) que têm levado os comerciantes a realizar a compra com os fornecedores, destacam-se a qualidade(29,8%), definida por eles pela durabilidade, aroma, eficácia, regulamentação necessária pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e Vigilância Sanitária (Municipal), o preço baixo (16,22%) caracterizado pela acessibilidade, e a garantia(15,9%) que envolve os saberes das finalidades medicinais, justificados pelos entrevistados como atributos exigidos não somente por eles, mas também por seus clientes que percebem e questionam se ocorrem alterações de qualidade.

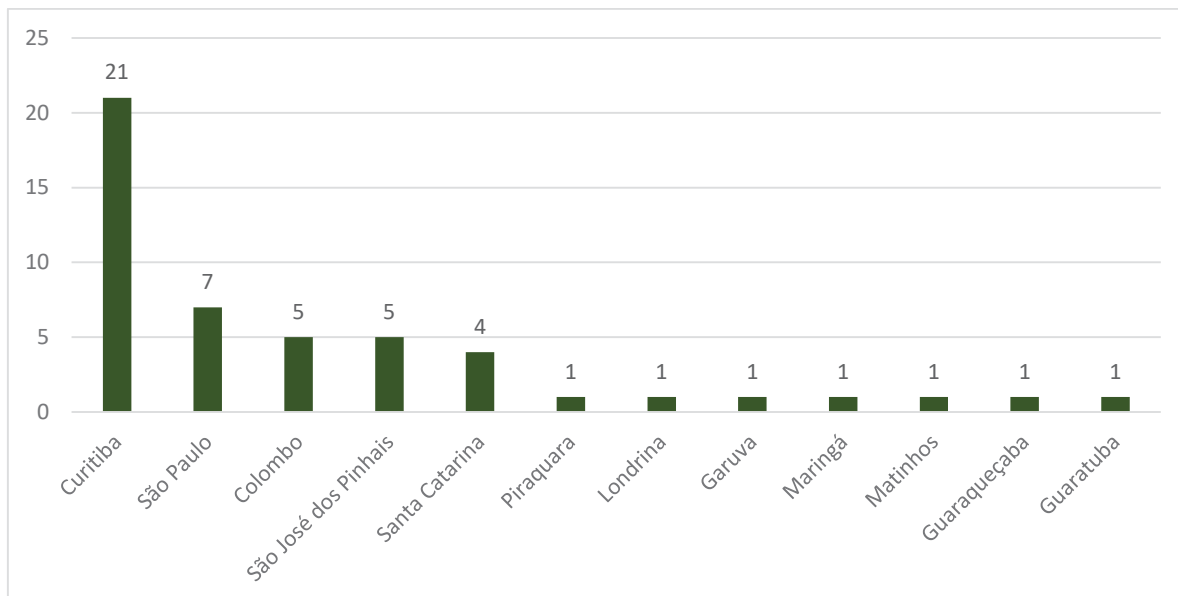
GRÁFICO 3– CRITÉRIOS DE ESCOLHA DOS FORNECEDORES



FONTE: A autora (2020).

A procedência das plantas medicinais nativas que são comercializadas e consumidas no Litoral do Paraná (GRÁFICO 4) se origina de diferentes cidades (11), estados (2), visto que as compras são realizadas, na maioria dos casos, com mais de uma empresa. A maioria das plantas medicinais nativas vêm de Curitiba (21), São Paulo (7), Colombo (5) e São José dos Pinhais (5).

GRÁFICO 4- CIDADES DOS FORNECEDORES DE PLANTAS MEDICINAIS



FONTE: A autora (2020).

O município de Curitiba foi a escolha predominante dos entrevistados, por proporcionar nas negociações, os principais requisitos que atendem as necessidades do consumidor local, a qualidade, preço e variedade.

Já os municípios de Londrina, Maringá, Guaraqueçaba e Guaratuba apesar de pouco citados, apresentam na opinião dos entrevistados, uma procedência diferenciada em seus produtos, resultado de uma especificidade regional.

Os fornecedores de Londrina e Maringá, são acionados, a pedido dos clientes, pela justificativa de que “A terra de lá é mais forte”, “o chá que vem de Londrina tem o gosto mais amargo e a cor é diferente”, e “os clientes olham até o formato das plantas e ficam frustrados quando não são as que eles esperavam”.

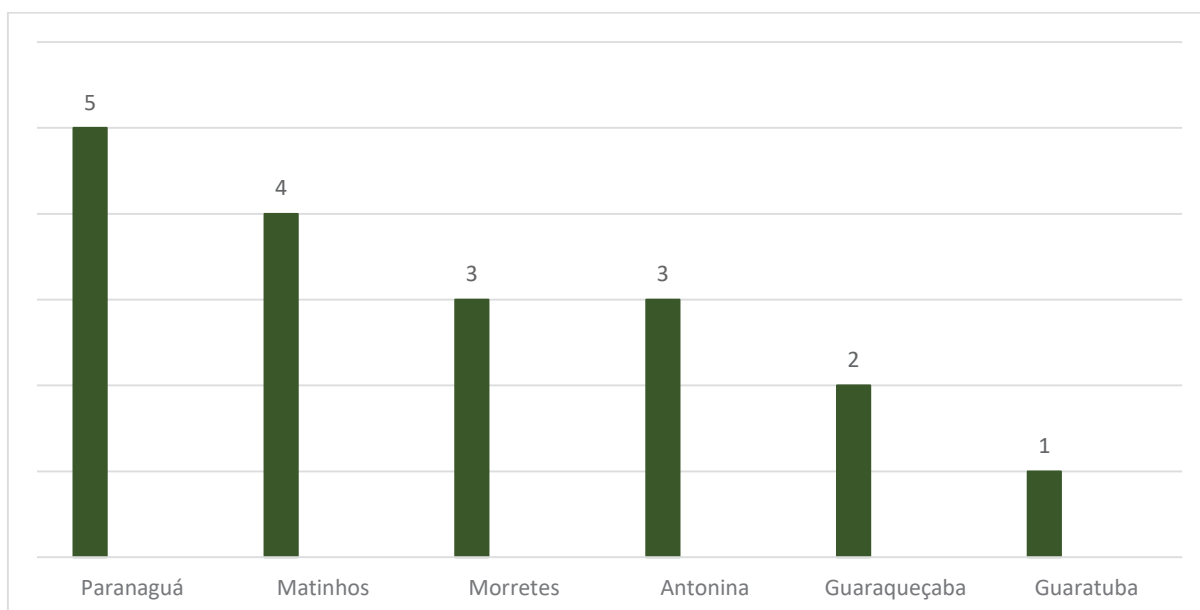
Nesses casos, os entrevistados afirmaram que se esforçam para atender a esses pedidos especiais, para não perder seus clientes, o que coincide com a afirmação de Ramires (2008), sobre a importância da formação de identidade territorial de um produto para sua especificação, pois se tal requisito se alinhar à preferência do consumidor, ocorre a valorização do recurso local e consequentemente, há um efetivo fortalecimento social do território. As especificidades identificadas nos municípios de Guaratuba e Guaraqueçaba serão tratadas junto à seguinte seção, que também abordará a forma que os coletores do Litoral do Paraná tentam se inserir no comércio local.

6.2 OS COLETORES LOCAIS: BARREIRAS E OPORTUNIDADES DE INSERÇÃO NOS COMÉRCIOS DO LITORAL DO PARANÁ

Retomando o que foi dito anteriormente, parte dos extratores da comunidade rural do Litoral do Paraná realizam a coleta de recursos naturais para a sua subsistência com frequência. Além do uso particular, algumas plantas medicinais nativas também são comercializadas, tais como o milome, o chapéu-de-couro, gelouzinho, pata-de-vaca, carqueja, guaco (SONDA, 2002), chá-de-bugre (ZANIOLO, 2003) e cataia (D'ANGELIS, 2015). Entretanto, em alguns casos, a natureza destas comercializações ainda é desconhecida.

Partindo desse pressuposto, buscou-se investigar junto aos comerciantes se os coletores locais de fato participam das comercializações de plantas medicinais nativas. Para isso, foi questionada a existência de fornecedores locais e cerca de 50% dos comerciantes afirmaram não existir fornecedores locais, enquanto 50% disseram que sim (GRÁFICO 5), sendo os municípios mais citados: Paranaguá (5), Matinhos (4), Morretes (3) e Antonina (3), Guaraqueçaba (2) e Guaratuba (1).

GRÁFICO 5 – CIDADES DE ORIGEM DOS COLETORES



FONTE: A autora (2020).

Apenas 2 dos entrevistados assumiram realizar negociações com os coletores locais, afirmando que as compras eram feitas por Kg e sem frequência definida. Um dos entrevistados que faz a aquisição das plantas Cataia e Milome afirma que seus clientes têm preferência pelo “Milome amarradinho, do jeito que os coletores locais fazem”, “rústico” (FIGURA 8), mas tal negociação entre coletores e comerciantes só ocorre quando eles vão a cidade e trazem consigo seus produtos.

FIGURA 8 – MILOME PRONTO PARA A COMERCIALIZAÇÃO



FONTE: A autora (2020).

Apesar de parte dos comerciantes entrevistados negarem a negociação com os coletores locais, 50% desses afirmaram comercializar a Cataia e apenas 27% disseram não vender o produto. Foi observado, também, que em alguns casos a Cataia era comercializada embalada sem o nome de fornecedor e sem espécie definida, (FIGURA 9):

FIGURA 9– CATAIA PRONTA PARA A COMERCIALIZAÇÃO



FONTE: A autora (2020).

A cataia foi apontada como uma das plantas mais procuradas, sendo que 1 dos entrevistados afirmou que essa também é conhecida e encomendada por turistas estrangeiros, para efeitos terapêuticos, alimentícios, remédios para animais e místicos.

Cerca de 9% dos entrevistados relataram ter realizado a compra de produtos dos coletores, enquanto 37% afirmou ter recebido a visita e não aceitado fazer negociações, pelos seguintes motivos: o produto não era higienizado ou esterilizado, não havia a garantia ou procedência de ser de fato a planta medicinal nativa e ausência de nota fiscal.

A regulamentação exigida como requisito para a compra pelos entrevistados implica na garantia de se comercializar plantas que ofereçam segurança aos seus clientes, ou seja, a garantia de que o produto não é contaminado ou misturado com outras espécies.

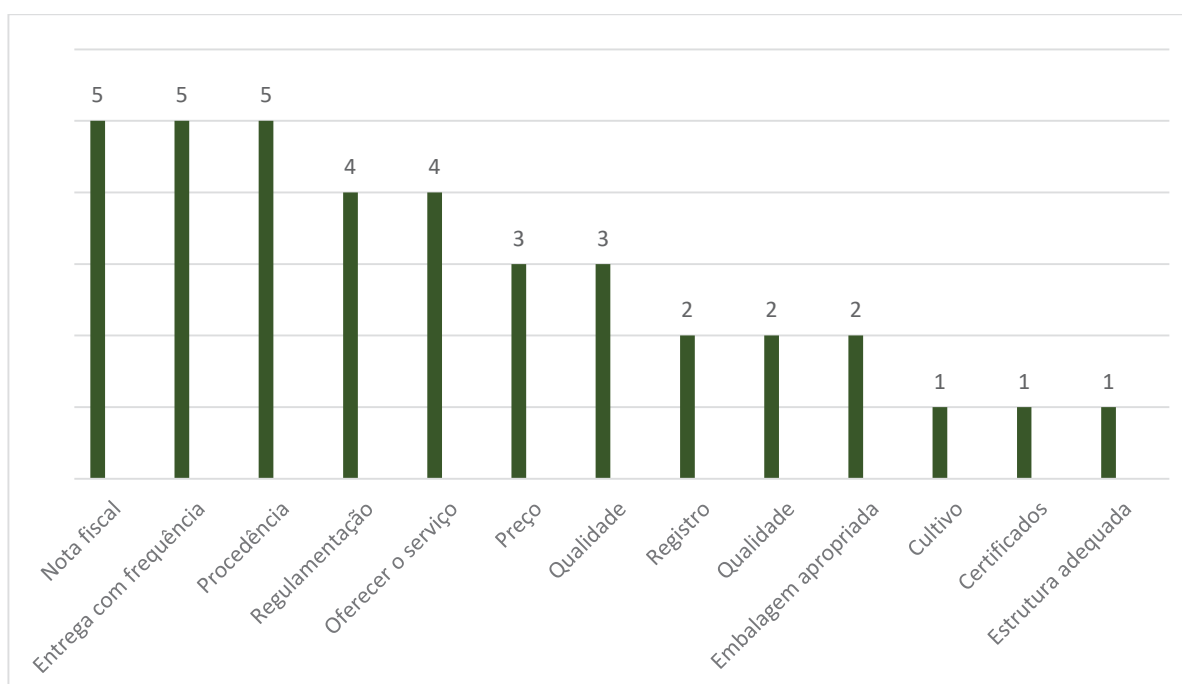
A contaminação das plantas medicinais no ecossistema local pode ocorrer, de acordo com Lopes (2010), por espécies de Pinus e demais exóticas, sem o devido manejo, ou também no processamento, segundo Zaroni (p.38, 2004), “[...] pela presença de fragmentos de insetos, terra, madeira, e de contaminantes microbiológicos”.

Em um dos relatos, o comerciante disse que também ocorriam constantes vistorias da vigilância sanitária, que, por sua vez, escolhiam aleatoriamente algumas amostras de plantas medicinais e levavam para a análise.

6.2 SÍNTESE CONCLUSIVA DA SEÇÃO

A partir das respostas dos entrevistados é possível afirmar que o maior desafio para a inclusão social dos coletores de plantas medicinais nesse ramo de atividade produtiva se diverge, sendo os principais: a obtenção de nota fiscal (5), frequência de entrega (5) e procedência (5), (GRÁFICO 6):]

GRÁFICO 6– MOTIVOS QUE LEVARIAM OS COMERCIANTES A COMPRAR PLANTAS MEDICINAIS NATIVAS DOS COLETORES LOCAIS



FONTE: A autora (2020).

Constatou-se que apesar dos fornecedores de outras cidades atenderem aos requisitos de preferência dos entrevistados, existem indícios de potencialidade de especificação, observados no caso do milome e da cataia, pois sob a afirmação dos comerciantes essas duas plantas possuem uma identidade simbólica mais abrangente, já reconhecida pelos consumidores.

Nesse sentido as respostas dos comerciantes evidenciaram que: a cataia e o milome nativos apresentam a preferência no comércio do Litoral do Paraná, quando comparada com as plantas similares de origem em outras regiões.

Há uma participação dos atores locais na diferenciação dessas plantas devido à suas formas de extração e preparo diferenciadas. Pecqueur e Zimmermann (2005) também afirmam que as tentativas de estabelecer relações face a face são parte do processo de especificação, o que foi confirmado pelos entrevistados, que houveram tentativas de negociação, por parte dos coletores.

No entanto, apesar da cataia e do milome serem reconhecidos e a relação entre o comerciante e coletor ser assumida em duas entrevistas, a maior parte das plantas medicinais nativas oriundas do extrativismo local, têm pouca aceitação, justamente pela falta da regulamentação, o que impede o comércio legalizado.

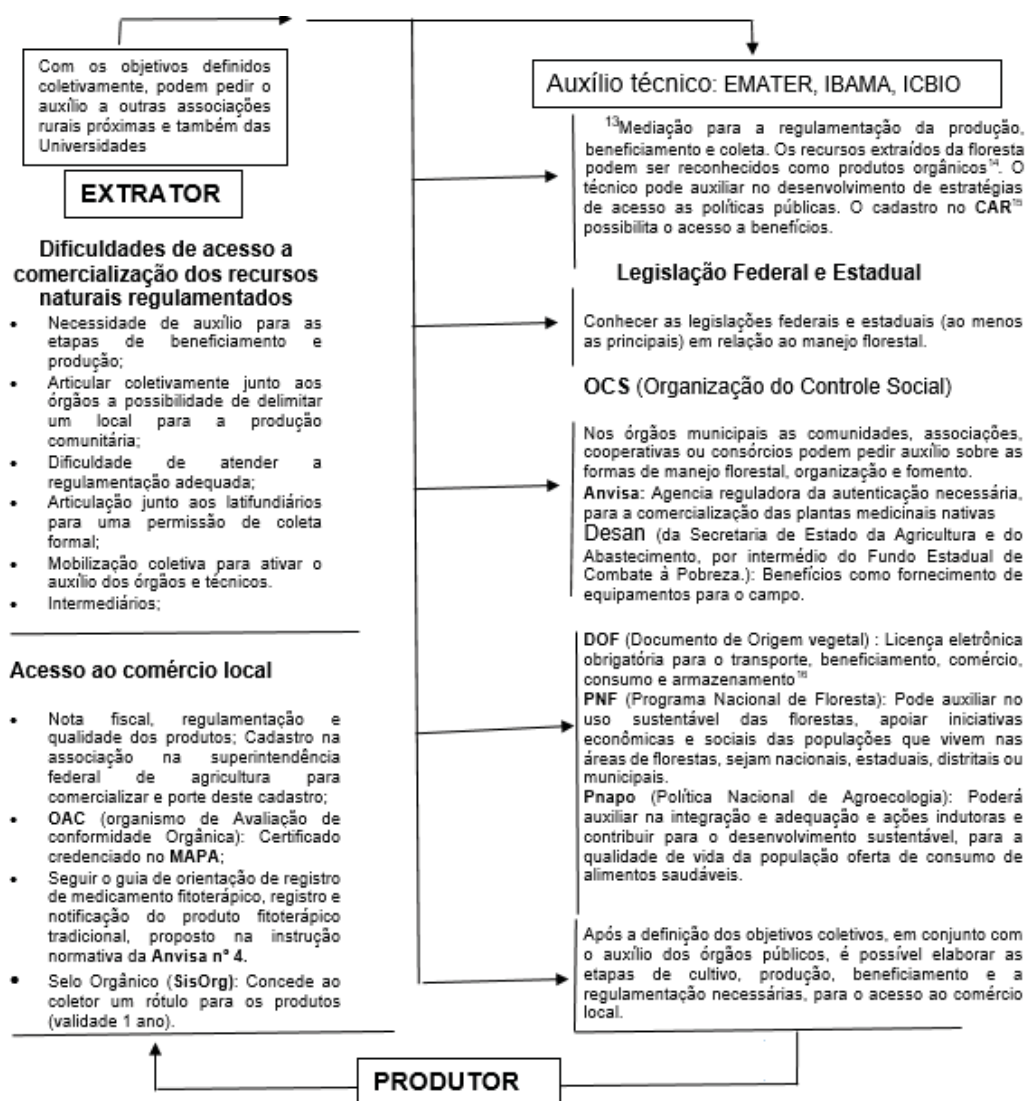
Os comerciantes entrevistados mencionam: “Não posso vender, mas sei quem vende”, “prefiro não falar quem é o fornecedor”, “às vezes, os mateiros de Morretes, Antonina, Paranaguá e Guaratuba vêm aqui, mas não tenho certeza se é a planta mesmo e por isso não compro”.

Observou-se durante as entrevistas que a rejeição pelas plantas medicinais nativas oriundas do extrativismo local oferecidas ao comércio não se refere somente a não regulamentação, mas também da condição de “extraídos”. Os entrevistados não concebem essa atividade como apropriada, pela insustentabilidade e clandestinidade atribuída em suas práticas.

Nesse sentido, os potenciais de desenvolvimento sustentável consistem em novas formas de integração dos saberes locais que envolvem os recursos da floresta, pela possibilidade de geração de renda e ampliação das formas de trabalho, devidamente reconhecidas e regulamentadas na sociedade.

Para que a ativação das plantas medicinais nativas seja efetivada, as comunidades necessitam se mobilizar para pedir auxílio (FIGURA 10) para resolver impasses como a regulamentação de manejo florestal e promover ampliação dos vínculos com os outros atores e órgãos governamentais, destaca-se que o atendimento dessas demandas, necessitam de estratégias específicas e são condições essenciais para que a ativação do recurso seja de fato potencializada.

FIGURA 10. ALTERNATIVAS DE ACESSO A NORMATIZAÇÃO DAS PLANTAS MEDICINAIS NATIVAS AO COMÉRCIO LOCAL



FONTE: Adaptado de Brasil (2017).

A legislação brasileira que regulamenta a produção orgânica estabeleceu que os produtos da sociobiodiversidade ou produtos florestais não madeireiros oriundos do extrativismo sustentável podem ser reconhecidos como orgânicos. Além de agregar valor aos produtos, a certificação de produção orgânica é uma estratégia para que os produtores extrativistas tenham acesso a políticas públicas específicas de incentivo à produção orgânica (BRASIL, 2017, p.24).

¹ CAR. Cadastro Ambiental Rural: Os coletores devem buscar o auxílio junto aos órgãos ambientais para a realização deste cadastro e serem informados sobre quais os benefícios terão acesso. Quanto aos extratores que não tem a posse da terra, devem pedir a autorização de coleta na propriedade privada, de acordo com a Lei nº 12.651 de 2012 (BRASIL, 2017).

¹ Legislação orientadora para o manejo florestal, instrução federal normativa nº 21 de 26 de dezembro de 2013 (BRASIL, 2017).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revelou que existe potencial para as plantas medicinais nativas não madeiráveis se tornarem um recurso específico ativado no Litoral do Paraná. Essa afirmação é derivada das seguintes questões:

Comprova-se a existência de um comércio de plantas medicinais no Litoral do Paraná, sendo esse maior do que o esperado inicialmente. Segundo os comerciantes, há uma elevada procura por produtos locais e nesse sentido, as plantas medicinais nativas são uma possibilidade de Desenvolvimento sustentável.

A comunidade rural possui conhecimento ecológico e etnobotânico referente as plantas medicinais nativas existentes na Floresta Atlântica e esses saberes foram construídos e reproduzidos pela cultura e oralidade. Essa informação foi aferida pela revisão sistemática que revelou de forma mais específica o uso recorrente de oito espécies presentes na cultura da coleta, manejo, uso, preparo e comercialização: Chapéu-de-couro (*Echinodorus macrophyllus*), Milome (*Aristolochia triangularis*), Tanchagem (*Pantago Australis*), Guaco (*Mikania glomerata*), Carqueja (*Baccharis trimera*), Chá-de-bugre (*Hedyosmum brasiliense* Mart), Erva-de-santa-maria (*Chenopodium ambrosioides*), Cataia (*Pimenta pseudocaryophyllus*), sendo essas prioritárias no processo de ativação dos recursos específicos em relação aos PFM de categoria medicinal.

No entanto, é preciso compreender as características que impedem os potenciais de ativação das plantas medicinais nativas, para que desta forma sejam propostas ações, capazes de incluir a participação local das comunidades rurais nas atividades produtivas.

Foi aferido na pesquisa de campo junto aos comerciantes, que os produtos oriundos das comunidades rurais não conseguem alcançar requisitos básicos de regulamentação, o que dificulta qualquer tentativa de fortalecimento da identidade territorial em relação as plantas medicinais nativas, ou de ampliar os alcances de sua territorialidade de forma reconhecida pelos demais atores.

As possibilidades de ativação para o desenvolvimento territorial são dependentes das interações com os diversos grupos sociais envolvidos. De uma forma não necessariamente específica, os comerciantes de plantas medicinais fortalecem constantemente sua territorialidade, pelo conhecimento. Para manter suas atividades, acatam as exigências dos órgãos municipais e federais, negociam com diversos fornecedores, buscam acompanhar as tendências e repassar experiências

do uso das plantas medicinais para melhor atender seus clientes, unem-se a associações comerciais e estabelecem relações de proximidade com os demais comerciantes.

A tendência a ativação dos recursos genéricos nas comunidades rurais se intensifica em ações de coleta clandestina, quando se busca ignorar a territorialidade da APA e suas recomendações sobre a importância da preservação das espécies. Além disso, a comercialização sem a devida normatização dos órgãos municipais e federais, abre margens para o comércio injusto, o que pode levar os coletores a comercializar seus produtos a preços abaixo do valor de mercado.

O possível espaço que os coletores poderiam vir a ocupar por meio de suas atividades, pela diversidade e procedência das plantas medicinais nativas não madeiráveis comercializadas nas casas de produtos naturais no Litoral do Paraná, poderia ocorrer com o cultivo regulamentado e a preparação dos produtos para a venda. Atualmente, esses espaços têm sido ocupados principalmente por fornecedores de Curitiba, São Paulo e Santa Catarina.

Foi relatado pelos entrevistados que as condições esperadas nos processos de negociação de plantas medicinais nativas, são: o fornecimento de notas fiscais, entrega com frequência, origem e garantia de qualidade, preço acessível, o devido registro, a apresentação do produto em uma embalagem apropriada, cultivo e certificados sobre as práticas de higienização, que visam oferecer produtos seguros à saúde das pessoas que o consumirem.

Além disso, um dos motivos mais citados para a aquisição de plantas medicinais nativas nos comércios é a relação de confiança estabelecida entre os comerciantes e consumidores, são os “depoimentos sobre a cura e efetividade presenciada”, muito valorizados no ato da compra.

A partir da compreensão de quais obstáculos devem ser superados em relação a autonomia e redirecionamento específico das atividades que envolvem o recurso, as estratégias de ativação consistem na busca por auxílio da vertente jurídica, nos intermédios municipais, pelo direito de produção da territorialidade.

Observa-se que o cultivo poderia ser uma importante alternativa de aprimoramento para práticas mais sustentáveis, visto que poderia oportunizar a ocupação de mais espaços sociais, como feiras, pequenos comércios da região e

formar os vínculos necessários com os demais atores do território, para o fortalecimento social.

Assim, a organização dessas comunidades pode estabelecer uma prioridade de interesses coletivos, demandas emergentes e se fazer ouvir pelas autoridades e representantes do poder público, acessando canais de negociação e orientação.

Se o uso de plantas medicinais nativas é permanente, o cuidado e preservação dos recursos também precisa ocorrer, por isso, o cultivo de plantas medicinais nativas é uma forma segura de se alcançar benefícios para a comunidade rural.

A estratégia de retomar a autonomia seria construir e potencializar a partilha das experiências com as plantas medicinais nativas, para que, a partir do resgate da memória dos atores, surgisse o orgulho pelo patrimônio local, como um território provedor de bens da natureza.

A especificação das plantas medicinais nativas pode ser capaz de gerar benefícios à comunidade rural, mas também aos comerciantes e consumidores, visto que os atributos que regem o consumo dos clientes não estão na demanda por preço, mas sim na qualidade, efetividade, em benefício da saúde, como uma tendência futura, e, como foi identificado na pesquisa de campo, os consumidores têm buscado por produtos locais.

Os vínculos também podem ser formados junto as universidades presentes no território, à medida que estas podem auxiliar na resolução dos problemas, e produzir conhecimento em conjunto, analisando por exemplo, lugares que vivenciaram os mesmos problemas, dando-lhes novas visões e possibilidades, a produção de estudos para a melhoria da qualidade de vida, formas de preparo, vendas, apresentação dos PFNM, mecanismos de valorização de papéis sociais pela cultura e história, viabilidades para a certificação laboratorial das plantas, preparo e embalagens, para a análise da qualidade, articulação para a ocupação de espaços turísticos que é uma atividade recorrente na região, onde também se poderia ser evidenciada a identidade da vertente cultural.

Durante a realização da pesquisa, foram observadas as seguintes limitações: A amostra definida para esse estudo, os comerciantes das casas de produtos naturais, forneceram informações em relação a carências de aprimoramento a partir das tentativas de negociação dos coletores, mas tal participação voluntária, pode ter

gerado uma auto seleção nas respostas, quando foi questionada a presença de produtos oriundos do extrativismo clandestino nos estabelecimentos. Percebeu-se também a necessidade de realizar uma pesquisa direta junto aos coletores para identificar as atuais perspectivas sobre esse comércio.

Por fim, recomenda-se que novos estudos sejam realizados a partir dos seguintes questionamentos: De que formas a teoria dos recursos territoriais poderia promover uma organização emancipatória das comunidades rurais do Litoral do Paraná? E de que formas as políticas públicas poderiam fortalecer a cultura e condições de subsistência das comunidades rurais? Existe a possibilidade de os extratores do Litoral do Paraná substituírem o ato da extração pelo cultivo de PFNM?

8 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. Z. de. Plantas medicinais. **SciELO-EDUFBA**, 3. ed., 224p. 2003.

Disponível

em: <<https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=fA9SCwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=plantas+medicinais+hist%C3%B3ria&ots=TP8F74srFe&sig=p37qDM5Et9bJB8x2Gx1ENCVTcdA#v=onepage&q=plantas%20medicinais%20hist%C3%B3ria&f=false>> Acesso em: 13/08/2016.

ANACLETO, A.; ANDREOLLI, V.M.; MURARO, D. ANACLETO. AFM As relações entre extrativismo, justiça social e desenvolvimento sustentável em remanescentes de comunidades caiçaras inseridas em ambientes florestais no litoral sul do Estado do Paraná. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO. **Anais**, 8p. 2007.

ARAÚJO, J. P. de. **Bioprospecção e Etnofarmacologia da Hedyosmum brasiliense mart. no Litoral do Paraná: potencial biológico de uma espécie nativa da mata atlântica**, Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento territorial Sustentável) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 116p. 2019.

BALZON, D. R. **Avaliação econômica dos produtos florestais não madeiráveis na área de proteção ambiental - Apa de Guaratuba - Paraná'** (Doutorado em Engenharia Florestal) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ 223 p. 2006.

BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, v. 16, n. 32, p. 32-50, 2001.

Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável. Departamento de Extrativismo. **Andiroba: boas práticas para o extrativismo sustentável orgânico / Ministério do Meio Ambiente**. Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável. Departamento de Extrativismo. – Brasília, DF: MMA, 2017. 48 p.: il. color. Caderno do agente de assistência técnica e extensão rural Bibliografia: p. 46-48.

BRASIL, Leis. Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. **Resolução CONAMA**, n. 1, 1986. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8902>. Acesso em 18/04/2019.

Brites, A. D.; MORSELLO, C. Efeitos ecológicos da exploração de produtos florestais não madeireiros: uma revisão sistemática. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 36, 18p. 2016.

CAETANO, N. N.; FONTE, J. R.; BORSATO, A. V. Sistemas de produção de plantas medicinais na região metropolitana de Curitiba. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v. 13, p. 74-77, 2003.

CALDEIRA, C. PARRÉ, J. L. DIVERSIFICAÇÃO AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL NO BIOMA CERRADO. **Revista Americana de Empreendedorismo e Inovação**, v. 2, n. 1, p. 344-359, 2020.

CAMPOS, K. Governo, sociedade e inclusão: o papel do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome na promoção e articulação de ações para inclusão social. **Inclusão Social**, v. 2, n. 1, 7p. 2007.

CASTELLANI, D. C. Plantas medicinais e aromáticas: produtos florestais não madeireiros (PFNM). Seminário Matogrossense de Etnobiologia e Etnoecologia; Seminário Centro-Oeste de Plantas Medicinais, **Seminário**, v. 2, 2002.

CECHINEL F. V.; YUNES, R. A. Estratégias para a obtenção de compostos farmacologicamente ativos a partir de plantas medicinais. Conceitos sobre modificação estrutural para otimização da atividade. **Química nova**, v. 21, n. 1, p. 99-105, 1998.

CESCO, S.; LIMA, E. N. de; MOREIRA, R. J. Abordagens interdisciplinares e interpretações sobre desenvolvimento e mundo rural em um programa de pós-graduação em Ciências Sociais. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 13, n. 30, 2016.

CORADIN, L.; SIMINSKI, A.; REIS, A. Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial. Brasília: **Ministério do Meio Ambiente**, p. 478-493, 2011.

CORREA, C.C, ALVES, A.F. Plantas medicinais como alternativa de negócios: caracterização e importancia. 46º Congresso, Rio Branco, Acre, Brasil. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, **Anais**, p.20-23, 2008.

COSTA, C. K. et al. Identificação de δ tocotrienol e de ácidos graxos no óleo fixo de urucum (*Bixa orellana* Linné). **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, v. 15, n. 4, p. 508-512, 2013.

CUNICO, M. M. et al. Atividade antimicrobiana do extrato bruto etanólico de raízes e partes aéreas de *Ottonia martiana* Miq.(Piperaceae). **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v. 14, n. 2, p. 97-103, 2004.

CUNICO, M. M. et al. Potencial antimicrobiano e alelopático das amidas isoladas do extrato das raízes de *Ottonia martiana* Miq. **Química Nova**, v. 29, n. 4, p. 746-749, 2006.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. (3.Ed.). Penso Editora, 341p. 2014.

DA SILVA, L. E.; DE QUADROS, D. A.; NETO, A. J. M. Estudo etnobotânico e etnofarmacológico de plantas medicinais utilizadas na região de Matinhos-PR. **Ciência e Natura**, v. 37, n. 2, p. 266-276, 2015.

D'ANGELIS, A. S. R. **Subsídios ao manejo extrativista sustentável de cataia-Pimenta pseudocaryophyllus (Gomes) Landrum (Myrtaceae)**. (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós Graduação em Agronomia - Produção Vegetal de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná, 76p. 2015.

DEMO, P. Cuidado metodológico: signo crucial da qualidade. **Sociedade e Estado**, v. 17, n. 2, p. 349-373, 2002.

DENARDIN, V. F. Abordagens econômicas sobre o meio ambiente e suas implicações quanto aos usos dos recursos naturais. **Revista Teoria e Evidência Econômica, Passo Fundo**, v. 11, n. 21, p. 129-149. 2003.

DENARDIN, V. F.; LOUREIRO, W.; SULZBACH, M. T. Distribuição de benefícios ecossistêmicos: o caso do ICMS ecológico no Litoral paranaense. **Redes**, v. 13, n. 2, p. 184-198, 2008.

DENARDIN, V. F. Casas de farinha no Litoral do paraná: realidade e desafios. **Revista Raízes e Amidos Tropicais**, v. 5, p. 1037-1042, 2009.

DENARDIN, V. F.; SULZBACH, M. T. Produtos com identidade territorial: o caso da farinha de mandioca no Litoral paranaense. **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, p. 219-236. 2010.

DENARDIN, V. F.; SULZBACH, M. T.; KOMARCHESKI, R. Farinheiras no Litoral do Paraná: uma análise a partir da noção de sistema agroalimentar localizado, SIAL Farinheiras. In: DENARDIN; V. F.; KOMARCHESKI, R. (Orgs.). **Farinheiras do Brasil**: tradição, cultura e perspectivas da produção familiar de farinha de mandioca. Matinhos: UFPR Litoral, v. 1, p. 197-218. 2015.

DIEGUES, A. C. S. **Mito moderno da natureza intocada** 6ed. 101p. 1996.

DOS SANTOS, V. C. Populações tradicionais litorâneas: o modo de vida caiçara. **Revista de Geografia-PPGEO-UFJF**, v. 2, n. 2, 2012.

ESTADES, N. P. O Litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 8, 16 p. 2003.

ETHUR, L. Z. et al. Comércio formal e perfil de consumidores de plantas medicinais e fitoterápicos no município de Itaqui-RS. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, v. 13, n. 2, p. 121-128, 2011.

FAO. Actividades forestales de la FAO: Hacia una definición uniforme de los productos forestales no madereros. **Rev Internacional de Silvicultura e Industrias Forestales –Unasylva**, v.50(1998).1999/3. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/x2450s/x2450s0d.htm?fbclid=IwAR2shQJGKFkMqzQpFhCHxFp3b2WTsXvLkW9jK9ixu_vPuf0rYoxZn8hDLho#actividades%20forestales%20de%20la%20fao>. Acesso em: 14-03-2019.

FAO. Organización De Las Naciones Unidas: **Para La Agricultura Y La Alimentación. La FAO destaca la importancia de los bosques en la lucha contra La protección del medio ambiente**, Cap. 10. 2000. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/y1997s/y1997s0g.htm#fn24>>. Acesso em: 24/02/2019.

FAO. **Food and Agriculture Organization of the United Nations. Non-wood forest products for rural income and sustainable forestry**. Rome: FAO, 1995. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/v9480e/v9480e.pdf>>. Acesso em: 18/07/2019.

FAO. **Biodiversidade para a segurança alimentar da América Latina e Caribe**, 2019. Disponível em: <<http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/387954/>>. https://www.researchgate.net/publication/265268121_Plantas_Nativas_Potenciais_para_Sistemas_Agroflorestais_em_Mato_Grosso_do_Sul FAO. Capítulo 10. Productos forestales no madereros, 2019. Acesso em: 01 mar. 2019.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, p. 197-215, 2009.

FERREIRA, M. R, **Comunidades rurais de Guaratuba-Paraná: os limites e as possibilidades da opção extrativista como meio de vida no contexto do desenvolvimento rural sustentável**. (Doutorado em Ciencias) Pós-Graduação em Agronomia, área de concentração em Produção Vegetal 222p. 2010.

FERREIRA, M. R.; ANACLETO, A.; NEGRELLE, R. R. B.; VALENTE, T. P. Extractive traditional rural communities from Atlantic rainforest. **Espacios**, v. 38, p. 4-14, 2017.

FERREIRA, M. R.; NEGRELLE, R.; BORGES, W. A. Novas perspectivas para o Desenvolvimento paranaense: As possibilidades da comercialização dos PFNM pelas comunidades rurais da APA de Guaratuba. Anais... **V ECOPAR**, Curitiba, 22p. 2007.

GERHARDT, T. Itinerários terapêuticos em situações de pobreza: diversidade e pluralidade. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, n. 11, p. 2449-2463, 2006.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar. Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. **Record**, v. 8, 103 p. 2004.

GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012.

GUMIER-COSTA, F. **Os folheiros do jaborandi: organização, parcerias e seu lugar no extrativismo amazônico**. Paco Editorial, 2016.

HAESBAERT, R.. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 29, n. 1, 2003.

HERNÁNDEZ, S. R.; FERNANDEZ, C. C.; BAPTISTA, L. M. P. Metodologia de pesquisa. Tradução de Daisy Vaz de Moraes. 5. ed. **Penso**, p. 623, 2013.

HORINOUCI, C. D. S. **Atividade anti-inflamatória tópica de Vochysia Bifalcata Warm: potencial terapêutico para uma espécie de reflorestamento** (Doutorado em Farmacologia) – Setor de Ciências Biológicas, Instituição de Ensino: Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 132p. 2013.

IAP/DIBAP, Departamento de Unidades de Conservação – 2012. Disponível em: http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/LISTA_UCs_geral_14092012.pdf. Acesso em 11/03/2020.

IBGE Censo. v. 3. **Extração vegetal e Silvicultura, 2018**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/16/0> >. Acesso em 14/05/2019.

IBGE Censo. **Cidades do Brasil, 2019**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr> >. Acesso em 12/06/2019.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **População rural do Litoral do Paraná**, PARDES/IBAMA, 2010. Acesso: http://www.ipardes.gov.br/anuario_2018/index.html, 2020.

KALIL FILHO, A N; KALIL, GP C.; LUZ, A. I. R. **Conservação de germoplasma de plantas aromáticas e medicinais da Amazônia brasileira para uso humano**. Embrapa Florestas-Comunicado Técnico (INFOTECA-E), 4P.2000.

LIMA, R. X. de. **Estudos etnobotânicos em comunidades continentais da área de proteção ambiental de Guaraqueçaba**. (mestrado em Ciências Florestais) - PósGraduação em Engenharia Florestal, Área de Concentração em Conservação da Natureza, Universidade Federal do Paraná-Brasil. 138p.1996.

LIN, C. M. **Plantas medicinais na Reserva Extrativista Chico Mendes: uma visão etnobotânica**. São Paulo: UNESP, Ed.1, 139p. 2006.

LOPES, C. V. G. **O conhecimento etnobotânico da comunidade Quilombola do Varzeão, Município de Dr. Ulisses, PR, no contexto do desenvolvimento rural sustentável** Tese (Doutorado em Agronomia) – Pós-Graduação em Agronomia em Produção Vegetal, – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 159 p. 2010

LORENZI, H.; MATOS, F. J. **Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas**, 2. ed. 544p. 2002.

MACHADO J. J. C. A citometria de fluxo como instrumento de avaliação da atividade imunomodulatória de extratos e substâncias isoladas de plantas medicinais. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v. 16, p. 645-655, 2006.

MARSHALL, E.; SCHRECKENBERG, K.; NEWTON, A. C. **Comercialización de productos forestales no maderables**: Factores que influyen en el éxito. Conclusiones del Estudio de México y Bolivia e Implicancias Políticas para los Tomadores de Decisiones. Centro Mundial de Vigilancia de la Conservación del PNUMA, Cambridge, 40p. 2006.

MARIANTE, A. da S. **Informe nacional sobre a situação dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura do Brasil**. Embrapa: MAPA, 155p. 2008. Disponível em: <<http://www.fao.org/tempref/AG/agp/countryreports/Informe%20Nacional%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 22/04/2019.

MENDELSON, R.; BALICK, M. J. The value of undiscovered pharmaceuticals in tropical forests. **Economic Botany**, v. 49, n. 2, p. 223-228, 1995. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/BF02862929>>. Acesso em: 06/09/2019.

MINAYO, M. C, S. et al. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**, v. 21, p. 9-29, 1994.

MINAYO, M. C. de S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, p. 621-626, 2012.

MELLINGER, L.; FLORIANI, D. Participação democrática na gestão dos bens naturais comuns e populações nativas no Litoral Sul do Paraná. **Ambiente e sociedade**. São Paulo, v. 18, n. 2, p. 1-22. 2015.

MORO, M. F. et al. Alienígenas na sala: o que fazer com espécies exóticas em trabalhos de taxonomia, florística e fitossociologia. **Acta Botânica Brasílica**, v. 26, n. 4, p. 991-999, 2012.

NEGRELLE, R. R. B.; FORNAZZARI, K. R. C. Estudo etnobotânico em duas comunidades rurais (Limeira e Ribeirão Grande) de Guaratuba (Paraná, Brasil). **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, v. 9, n. 2, p. 36-54, 2007.

NEGRELLE, R. R. B.; MITCHELL, D.; ANACLETO, A. Bromeliad ornamental species: conservation issues and challenges related to commercialization. **Acta Scientiarum. Biological Sciences**, v. 34, n. 1, p. 91-100, 2012.

NEGRELLE, Raquel RB; DONI, Maria Elisabete. Efeito da maturidade dos ramos na formação de mudas de guaco por meio de estaquia. **Horticultura Brasileira**, v. 19, n. 3, p. 351-355, 2001.

NERY, Francine da Silva Guerellus; ZUFFELLATO-RIBAS, Katia Christina; KOEHLER, Henrique Soares. Enraizamento de *Psychotria nuda* (Cham. & Schltdl.) Wawra (Rubiaceae) nas quatro estações do ano. **Ciência Florestal**, v. 24, n. 1, p. 243-250, 2014.

PAVAN, F., S. **Plantas medicinais de Mata Atlântica: manejo sustentado e amostragem**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 216 p. 2000.

PEDROSO-JÚNIOR, N. N.; SATO, M. Ethnoecology and conservation in protected natural areas: incorporating local knowledge in Superagui National Park management. **Brazilian Journal of Biology**, v. 65, n. 1, p. 117-127, 2005.

PARANÁ. Agência de Notícias do estado do Paraná. **Paraná produz 90% dos temperos e plantas medicinais do País, 01 jan. 2016**. Disponível em: <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=87366&tit=Parana-produz-90-dos-temperos-e-plantas-medicinais-do-Pais>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. Tradução de Ghislaine Duque. **Revista Raízes**, v. 24, n. 1-2, p. 10-22, 2005a.

PECQUEUR, Bernard; ZIMMERMANN, Jean Benoît. CAPÍTULO 3 Fundamentos de uma economia da proximidade1. **Economia e território**, v. 3, p. 77, 2005b.

PECQUEUR, B. Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados. **Eisforia, Florianópolis**, v. 4, n. 4, p. 135-153, 2006a.

PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. Eisforia: desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos. Florianópolis: **PPGAGR**, v. 4, n. especial, dez. 2006b.

PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. **Política & Sociedade**, v. 8, n. 14, p. 79-106, 2009.

Pereira, B. E. **Crianças caiçaras de Guaraqueçaba - PR: relações com a natureza.** 01/09/2011 203 f. Mestrado em CIÊNCIA AMBIENTAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: IEE/ USP

PELEGRINI, S. C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista brasileira de história**, v. 26, n. 51, p. 115-140, 2006.

PÉREZ, M. S.; GÓMEZ, J. R. M. Políticas de desenvolvimento da pesca e aquicultura: Conflitos e resistências nos territórios dos pescadores e pescadoras artesanais da vila do Superagüi, Paraná, Brasil. **Sociedade & Natureza**, v. 26, n. 1, p. 35-47, 2014.

PIERRI, N. et al. A ocupação e o uso do solo no Litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 13, 31p. 2006.

PINHEIRO, C. U. B. Extrativismo, cultivo e privatização do jaborandi (*Pilocarpus microphyllus* Stapf ex Holm.; Rutaceae) no Maranhão, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, v. 16, n. 2, p. 141-150, 2002.

PIOVESAN, A.; TEMPORINI, E. R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista de Saúde Pública**, v. 29, p. 318-325, 1995.

PROCOPIAK, L. K.; FERNANDES, L. F.; MOREIRA-FILHO, H. Diatomáceas (Bacillariophyta) marinhas e estuarinas do Paraná, Sul do Brasil: lista de espécies com ênfase em espécies nocivas. **Biota Neotropica**, v. 6, n. 3, p. 1-28, 2006.

PROTIL, C. Z. **Contribuição de quatro espécies arbóreas ao ciclo biogeoquímico em Floresta Atlântica na planície litorânea do Paraná** (Doutorado em Engenharia Florestal) - Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Área de Concentração em Conservação da Natureza, Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná, 150p. 2006.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, p. 17-35. 2009.

RAMIREZ, E. La identidad como elemento dinamizador de la economía territorial. *Opera*, n. 7, 2008, p. 55-67.

RAYNAUT, C. P. CUNHA, L. A. N. A.; ZANONI, Magda. Pesquisa e formação na área do meio ambiente e desenvolvimento: novos quadros de pensamento, novas formas de avaliação. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 1, 11p. 2000.

ROCHA, F. A. G. et al. Características socioeconômicas dos comerciantes de plantas medicinais de Currais Novos/RN. **Holos**, v. 4, p. 87-100, 2013.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692004000300014>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, p. 73-94, 2009.

SANTOS, K. P. P. Atividade pesqueira e construção de embarcações na colônia de pescadores Z-18 do município de União/PI, Brasil. **Holos**, v. 6, p. 90-106, 2015.

SERVA, M.; CAITANO, D.; SANTOS, L.; SIQUEIRA, G. A análise da racionalidade nas organizações: um balanço do desenvolvimento de um campo de estudos no Brasil. **Cadernos EBAPE**. v. 13, n. 3, p. 414-437, 2015.

SILVA, R. C. D., Belniaki, A. C., VIEIRA, E. S. N., CUQUEL, F. L., & PANOBIANCO, M. Subsídios para propagação de espécie nativa do Brasil com potencial medicinal: *Calophyllum brasiliense* Cambess. **Journal of Seed Science**, v. 41, n. 3, p. 318-327, 2019.

SILVA, L. E. D., AMARAL, W., SILVA, M., & OLIVEIRA, A. L. D. CONSERVAÇÃO DE RECURSOS GENÉTICOS: A PESQUISA COM PLANTAS MEDICINAIS NO LITORAL DO PARANÁ. **Ambiente & Sociedade**, v. 23, 2020.

SONDA, C. **Comunidades rurais tradicionais da Área de Proteção Ambiental Estadual de Guaratuba: Caracterização socioeconômica e utilização dos recursos vegetais silvestres'** (Doutorado em Engenharia Florestal) - Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Setor de Ciências Agrárias, Instituição de Ensino: Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 193 p. 2002.

SPEROTTO, A. R. M.; FLORES, V. P.; MOURA, D. J. Avaliação do efeito citotóxico e genotóxico do óleo essencial de *piper gaudichaudianum* kunth. **Salão de Iniciação Científica (20.: 2008 out. 20-24: Porto Alegre, RS). Livro de resumos. Porto Alegre: UFRGS, 2008.**

STRIDSBERG, I. H. C. **Produção agroflorestal sustentável: estudo de caso em pequenas propriedades no Litoral paranaense'** (Doutorado em Engenharia

Florestal) – Pós-Graduação em Engenharia Florestal do Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 115 p. 2001.

TERNAUX, P., PECQUEUR B. Ressources territoriales, structures sociales et Comportements des acteurs. **Revue canadienne des sciences régionales**, XXI: 2 261-276, 2008.

TIEPOLO, L. M. A inquietude da mata atlântica: reflexões sobre a política do abandono em uma terra cobiçada. **Guaju**, v. 1, n. 2, p. 96-109, 2015.

TIEPOLO, L. M.; DENARDIN, V. F. Desenvolvimento territorial sustentável: uma nova experiência na Mata Atlântica. **RBPG. Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 13, n. 32, 2016.

VIEIRA, P. F. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. **Eisforia**, Florianopolis, dez, p. 249-309, 2006.

VIEIRA, P. F. Do desenvolvimento local ao ecodesenvolvimento territorial. **INTERthesis**: Dossiê especial: Desenvolvimento territorial, sistemas agroalimentares localizados e ecologia, v. 10, n. 2, p.119-141, 2013.

VILLALOBOS, R.; OCAMPO, R. Productos no maderables del bosque em Centroamérica y el Caribe. Costa Rica. **CATIE/OLAFO**, 119p. 1997.

ZANIOLO, S. R. **Ecologia de Hedyosmum brasiliense mart. ex miq. (chloranthaceae): Subsídio para cultivo e manejo sustentável'** (Doutorado em Agronomia – Produção Vegetal) – Pós-Graduação em Agronomia, área de concentração em Produção Vegetal. Universidade federal do Paraná, Curitiba, 87p. 2002.

ZANONI, M. M. et al. Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em Áreas de Proteção Ambiental. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 2, 19p. 2000.

ZARONI, M. et al. Qualidade microbiológica das plantas medicinais produzidas no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v. 14, n. 1, p. 29-39, 2004.

WICKENS, G. E. Management issues for development of non-timber forest products. **Unasyuva**, v. 42, n. 165, p. 3-8, 1991.

APÊNDICE 1 – ENTREVISTA COM COMERCIANTE DAS CASAS DE PRODUTOS NATURAIS

I - Identificação/dados socioeconômicos/município:

Idade: **Gênero:** () Masculino () Feminino

Estado civil: () Casado(a) () Solteiro(a) () Viúvo(a) () Divorciado(a) () União estável

E escolaridade: () Analfabeto () Fundamental () Ensino médio () Superior Incompleto () Curso superior () Pós-graduado

II – PLANTAS MEDICINAIS NATIVAS

1. Quais **plantas medicinais nativas** deste quadro são comercializadas?

Plantas medicinais nativas	Procura: nenhuma, pouca, razoável e muita	Comercializa	Origem do produto
Chapéu-de-couro			
Milome			
Tanchagem			
Guaco			
Carqueja			
Cataia			
Erva-de-santa-maria			
Chá-de-bugre			
Gelouzinho			

2. Existem fornecedores locais de **plantas medicinais nativas** no Litoral do Paraná?

2.1. () Sim () Não. Se sim, quais cidades?

.....

.....

.....

.....

2.2. Se **não**, já recebeu alguma proposta de compra de plantas medicinais nativas de algum coletor, produtor ou atravessador local do Litoral do Paraná?

() Sim () Não

2.3. Se sim, porque não aceitou comprar?

.....

.....

3. O que o levaria a realizar a compra de plantas medicinais nativas de fornecedores locais do Litoral do Paraná?

.....

.....

4. Quais fatores poderiam determinar a ampliação do comércio local das plantas medicinais nativas?

.....

5. Quais são as maiores dificuldades na compra de plantas medicinais nativas?

- 1.....;
- 2.....;
- 3.....;

III – PLANTAS MEDICINAIS

6. Qual a cidade de origem desses fornecedores de plantas medicinais que comercializa?

- 1.....;
- 2.....;
- 3.....;

7. Há quanto tempo compra plantas medicinais desses fornecedores?

- 1.....;
- 2.....;
- 3.....;

8. Por que você compra plantas medicinais destes fornecedores?

.....

.....

9. A compra das plantas medicinais ocorre com que frequência?

() Semanalmente () Quinzenalmente () Mensalmente () Outros.....

10. Diga por ordem de maior relevância de 1 a 6 qual o critério de escolha dos fornecedores: () Preço () Qualidade () Variedade () Prazo de pagamento () Garantia de entrega () Periodicidade da entrega () Outros.....

11. **O consumidor** de plantas medicinais questiona sobre a origem do produto?

.....

12. **O consumidor** de plantas medicinais demanda produtos locais do Litoral do Paraná? Quais são mais procuradas?

13. Você orienta o consumidor sobre o uso apropriado de plantas medicinais?

.....

.....

.....

.....
.
14. Você orienta o consumidor baseado em qual fonte de informação?

() Livros () Google () Saberes que aprendi pela oralidade () Outro

15. Existe diferença de fluxo de venda durante a temporada de veraneio?

.....

16. Realizou algum curso sobre plantas medicinais?

.....
.....

17. Qual a importância das **plantas medicinais nativas** para você?

.....

18. Há quanto tempo trabalha com comércio de plantas medicinais?

.....

19. Algumas das plantas medicinais nativas anteriormente citadas já apresentaram algum tipo de efeito colateral em algum consumidor?

.....